



SEMINÁRIO VIVÊNCIAS DA SEXUALIDADE NA DEFICIÊNCIA

É inadmissível que
ainda haja esterilização
forçada em Portugal



CONSELHO GERAL

**CNIS quer atualização de dois dígitos
na participação do Estado**



GUARDA

O Estado tem
de ter em conta
que este é um
distrito pobre



FAPPC

Estamos
a trabalhar
financeiramente
no fio da navalha



VILA REAL

Três dias e muitas
iniciativas para celebrar
o Dia Nacional
da Paralisia Cerebral



iD

A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PACIENTE

- ✓ iD oferece conforto e segurança
- ✓ 100% respirável para preservar a integridade da pele
- ✓ Tem um sistema de controle de odores

Aprovado por dermatologistas

NORDHigiene
Produtos de higiene e limpeza

Eugénio Fonseca



A propósito do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza

No passado dia 17 de outubro assinalou-se, mais uma vez, o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza. Teve início em 1987, quando 100 000 franceses se juntaram na Praça dos Direitos Humanos e Liberdades, na capital de França, para inaugurarem um singelo monumento – uma pedra – em homenagem a quem sofria por ser pobre ou ter fome, como até ser vítima de diversas formas de violência e de medo. Só em 1992, a Assembleia Geral das Nações Unidas, reconheceu a importância deste dia e assumiu-o, a nível mundial, ao proclamar a Resolução 47/196, a 22 de dezembro.

Para este ano, a ONU escolheu como tema «Acabar com os maus-tratos sociais e institucionais. Atuar em conjunto para sociedades justas, pacíficas e inclusivas»¹. Penso que este tema teve como fundamental objetivo dar relevo a algumas situações que estão fora das estatísticas relativas à pobreza, e dar maior evidência a uma das faces frequentemente ocultas deste gravíssimo drama social: «os maus-tratos sociais e institucionais sofridos pelas pessoas que vivem na pobreza e pretende debater formas de agir em conjunto, no âmbito do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16 para promover sociedades justas, pacíficas e inclusivas.» . Trata-se, em suma, de não desistir de considerar que a pobreza absoluta não é uma fatalidade, mas possível de erradicar, se se conseguir atingir os objetivos da «Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável». Todavia, há que não descuidar que a pobreza e a eliminação do escândalo das desigualdades sociais são duas prioridades que obrigam a determinações e responsabilidades coletivas. Estas duas prioridades têm de ser assumidas, de forma estreita e interdependente, pelos decisores políticos e pelos órgãos intermédios da sociedade civil no sentido da implementação de um novo modelo económico que coloque no seu eixo a pessoa e o respeito inviolável pela sua dignidade, assim como a preservação rigorosa do cosmos. Que seja uma economia que, como é óbvio, produza riqueza, mas que seja distribuída com equidade para que desapareçam as malévolas

desigualdades sociais e seja mais justo o progresso no mundo.

Em Portugal, a pobreza teima em ser um dos seus problemas sociais mais grave e estrutural. Dos 27 países da União Europeia, o nosso país ocupa o 13.º dos mais pobres.

Veja-se o que referem os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), que fixa a linha de pobreza, como nos outros países da EU, 60% da mediana do salário mínimo auferido por adulto. Este método e o facto de não serem alvo de estatística, para este fim, as pessoas em situação de sem abrigo ou as institucionalizadas, faz com que não sejam realistas os níveis da pobreza conhecidos no nosso país. Mesmo assim, estima-se que, em 2022, 20,1% dos portugueses estavam em risco de pobreza ou de exclusão social. O desemprego era uma das maiores causas da privação de bens financeiros. Sendo esta uma situação muito grave, não deixa de ser uma injustiça inqualificável que 10% das pessoas em situação de pobreza, trabalhem, mas os salários que têm não são suficientes para assegurarem uma subsistência favorável, sem esquecer outro drama que é a precariedade no trabalho. Esta singularidade portuguesa poderá justificar a razão que faz com que a pobreza seja persistentemente elevada. Mas, ainda há situações que precisam de maior atenção, por estarem na fase da vida mais apropriada para fazer parar a trajetória que leva à pobreza e à exclusão social; refiro-me às crianças e jovens que necessitam de ações preventivas adequadas. As crianças são um dos grupos mais atingidos pela pobreza. Dos 20,1% da pobreza existente em Portugal, 25% são famílias monoparentais onde existe, pelo menos uma criança. Quando as famílias são compostas por dois adultos e por três ou mais crianças dependentes a taxa já é de 39,8%. Se todas as cidadãs e cidadãos que vivem nesta condição de falta de recursos para viverem com dignidade não tivessem direito a subsídios da Segurança Social, como são o subsídio de desemprego, por doença, ou invalidez, apoios à família, habitação... o nível da pobreza, em Portugal, seria dramático, pois 42,4% da

sua população viveria pobre.

Transcrevo um trecho do relatório que a PRODATA publicou no dia 17 de outubro último, por me parecer bastante incisivo para quem queira ter uma ideia abrangente da pobreza no nosso país: «A pobreza no país é estrutural. Nascer pobre não deveria ser uma sentença, mas a persistência ao longo de gerações é uma das características mais determinantes da pobreza em Portugal. Para romper este ciclo, são necessárias políticas direcionadas às crianças mais desfavorecidas e às suas famílias. Mas este combate também passa pela educação que faz funcionar o elevador social e pela transformação do mercado de trabalho, aumentando a produtividade e o valor acrescentado da economia nacional.»².

Não se pode pedir só às IPSS ou a qualquer outra ONG que erradiquem a pobreza. Nem tão pouco isso se consegue com ações paliativas. Felizmente, que Portugal já tem um «Plano Estratégico de Combate à Pobreza». Prevê, como sempre defendi, a intervenção de diferentes áreas governativas. É desejável, agora, que os ministros responsáveis pelos Ministérios indicados na Estratégia se reúnam com alguma regularidade, a fim de que as medidas que o justificarem, se transformem em Políticas Públicas que tenham em conta, na sua aplicação, a subsidiariedade. As IPSS, cada uma segundo as suas finalidades, criatividade, e capacidades financeiras têm dado o seu contributo para minimizar os efeitos mais perversos da pobreza. Que as Redes Locais de Freguesia e as Redes Sociais a nível concelhio sejam os espaços privilegiados para concretizar, aproveitando a eficácia e eficiência que a proximidade produz, aquilo que a Estratégia Nacional tem de maior pertinência em cada distrito. Algumas IPSS poderiam até ter a vantagem de ser desafiadas a acrescentar ou alterar as suas respostas sociais. Com as transferências sociais do Poder Central para o Local poderão as IPSS ter a oportunidade de revitalizar a sua identidade, equacionar a sua missão, fortalecendo os seus valores.

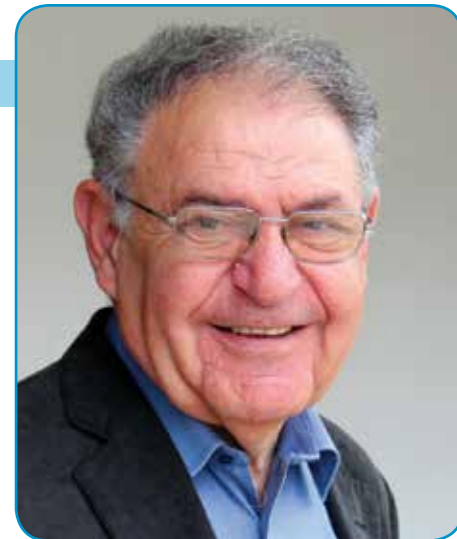
A pobreza não é uma fatalidade. Do contrário ninguém me convence.

¹ [HTTPS://EUROCID.MNE.GOV.PT/EVENTOS/DIA-INTERNACIONAL-PARA-ERRADICACAO-DA-POBREZA](https://EUROCID.MNE.GOV.PT/EVENTOS/DIA-INTERNACIONAL-PARA-ERRADICACAO-DA-POBREZA).

² CF. FRANCISCO, EXORTAÇÃO APOSTÓLICA EVANGELII GAUDIUM (24 DE NOVEMBRO DE 2013), PRIOR VELHO: EDITORA PAULINAS (SECRETARIADO-GERAL DO EPISCOPADO), 2013, 210.

EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



Transporte coletivo de crianças

1 - Recentemente, o Governo aprovou e fez publicar o Decreto-Lei nº 57-B/2024, de 24 de Setembro, que prorrogou, até final do ano letivo de 2024-2025, a norma excepcional constante do artº 5ºA, 1. da Lei nº 13/20006, de 17 de Abril, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº 74-A/2023, de 28 de Agosto, que autorizava a utilização de viaturas com até 18 anos passados sobre a data da matrícula, para o transporte coletivo de crianças, durante o ano letivo de 2023-2024, diploma este que igualmente prorrogara idêntica disposição, também ela excepcional, constante do Decreto-Lei nº 101/2021, de 19 de Novembro, que permitia, igualmente a título excepcional, a utilização de viaturas com até 18 anos de antiguidade nos anos letivos de 2021-2022 e 2022- 2023, para o referido transporte coletivo de crianças.

Os três diplomas referidos, de alteração da Lei nº 13/2006, de 17 de Abril, possuem idêntico conteúdo material, salvo no que respeita ao período de vigência, tendo procedido, deste modo, à derrogação, a título excepcional e transitório, do disposto no artº 5º, 3., b) da Lei nº 13/2006, de 17 de Abril, que determina a suspensão automática da licença emitida pela autoridade rodoviária, relativamente a viaturas de transporte coletivo de crianças com antiguidade superior a 16 anos.

2 - A razão de ser desta derrogação excepcional e transitória do disposto no referido artº 5º, 3., b) da Lei nº 13/2006 consta da motivação dos três Decretos-Lei citados, que é idêntica nos três diplomas:

Como refere o preâmbulo do Decreto-Lei nº 57-B/2024, de 24 de Setembro, “As dificuldades nas cadeias de abastecimento e as circunstâncias resultantes da pandemia da doença COVID-19, da crise global na energia, assim como os efeitos da guerra na Ucrânia, provocaram um aumento abrupto dos preços das matérias-primas, dos materiais e da mão-de-obra, gerando o crescimento súbito e imprevisível dos preços, situação que se mantém. Estas circunstâncias causaram dificuldades nas empresas de

transportes, colocando em risco a sua viabilidade e, por conseguinte, a própria oferta de serviços de transporte rodoviário coletivo de crianças. Assim, grande parte das empresas que prestam o serviço de transporte coletivo de crianças não conseguiu renovar a frota por forma a manter a oferta do serviço para estes passageiros.”

“Considerando que estes transportes são essenciais, designadamente no contexto de transporte escolar, torna-se necessária a adoção de medidas que permitam mitigar os impactos decorrentes da não renovação da frota para a realização daquele tipo de transporte, garantindo, ao mesmo tempo, a segurança dos veículos em operação. Para o efeito, e uma vez que estão asseguradas as condições técnicas de circulação e de segurança dos veículos, importa possibilitar, a título excepcional, que se mantenha o alargamento da idade máxima dos veículos afetos ao transporte de crianças, permitindo que durante o ano letivo de 2024-2025 o transporte de crianças possa ser realizado em veículos com lotação superior a nove lugares, com antiguidade não superior a 18 anos, contados desde a data da primeira matrícula.”

3 - Saúda-se, naturalmente, a aprovação do Decreto-Lei nº 57-B/2024, de 24 de Setembro, e a flexibilização do requisito do limite de 16 anos de antiguidade das viaturas, a partir do reconhecimento de persistirem os fatores críticos referidos no respetivo preâmbulo – designadamente as dificuldades nas cadeias de abastecimento, os efeitos da pandemia de COVID 19, da crise da energia e os efeitos da guerra na Ucrânia.

Mas tais dificuldades, que são comuns no que toca à diversidade da natureza das entidades titulares das frotas, avultam no que toca às viaturas de transporte coletivo de crianças pertencentes às IPSS ou por elas geridas, com principal utilização para o transporte, a título acessório, dos utentes das Creches, dos Jardins de Infância e dos Centros de Atividades de Tempos Livres de crianças e jovens.

Além do mais, o serviço de transporte de utentes como atividade acessória constitui

pressuposto da ambição da universalidade da frequência da educação pré-escolar, definida pelo Governo para levar a cabo a partir do corrente ano letivo.

No entanto, acresce, no que concerne ao Sector Social e Solidário, que o conjunto de fatores críticos que são invocados na lei para o alargamento da idade das viaturas aptas para o transporte coletivo de crianças configuram igualmente fatores de agravamento das condições de sustentabilidade financeira das Instituições, nomeadamente no que toca ao aumento da despesa com aquisição de géneros alimentares – situação aliás reconhecida pelo Primeiro Ministro, e para cujo suprimento anunciou a preparação de uma Lei das Finanças do Sector Social.

A aludida degradação das condições de sustentabilidade das IPSS não lhes permite o encargo suplementar resultante da aquisição de viaturas de elevado custo – como é o caso dos veículos para transporte coletivo de crianças – para substituição da frota que tenha ultrapassado o limite de 18 anos de antiguidade sobre a data da matrícula.

Aliás, e como é do conhecimento geral, por tal razão, foram poucas as candidaturas à aquisição de viaturas elétricas, no âmbito do PRR – Mobilidade Verde – sendo também escassa a oferta existente no mercado de tais viaturas.

4 – Tendo em conta o que antecede, a CNIS sugere, na sequência da extensão ao presente ano letivo da derrogação, por motivos excepcionais e transitórios, do limite fixado no artº 5º, 3., b) da Lei nº 13/2006, de 17 de Abril, que o Governo legisle no sentido de a prorrogação da antiguidade das viaturas, mantendo a licença, ser fixada, enquanto se mantiverem os fatores críticos enunciados no preâmbulo de referido Decreto-Lei nº 57-B/2024, de 24 de Setembro, em 20 anos de antiguidade, contados desde a primeira matrícula após o fabrico – salvaguardando, naturalmente, que as viaturas disponham das condições de segurança para o efeito, nos termos da inspeção específica a que se refere o artº 5º, 2 da Lei nº 13/2006, de 17 de Abril.

CONSELHO GERAL DA CNIS

Festa da Solidariedade 2025 será em Beja

A CNIS reuniu o Conselho Geral, em Fátima, um encontro de trabalho sem grandes novidades, onde os conselheiros abordaram com a Direção diversas questões de interesse para as IPSS associadas.

Talvez, a grande novidade que saiu do Conselho Geral, do dia 4 de novembro, seja a de atribuição à União Distrital das IPSS de Beja a realização, em parceria com a CNIS, da XVII Festa e Chama da Solidariedade, no ano de 2025.

Nos assuntos que dizem respeito mais direto às instituições, o presidente da CNIS deixou algumas notas sobre a Cooperação, começando por lembrar que o próximo protocolo de cooperação voltará a ser bianual, “mas ainda não começou a ser negociado”.

“Temos notado no Governo uma vontade séria de olhar o Sector Social com olhos de ver. Se as participações andam, em média, nos 38%, e o Pacto aponta para os 50%, é preciso dar passos nesse sentido e sinto essa vontade por parte do Governo”, sustentou o padre Lino Maia, que, de seguida, dividiu as respostas sociais por três grupos: “as valências em que o financiamento tem de ser tendencialmente de 100%, casos das creches, do pré-escolar e dos lares de infância e juventude; as valências em que será de mais de 50%; e as outras que se fixaram nos 50%”.

Mostrando-se esperançado que até 31 de janeiro de 2025 já sejam conhecidos os valores das atualizações dos acordos, que tenderá a seguir o caminho rumo aos 50%, o líder da CNIS afirmou: “Tendo em atenção o salário justo para os nossos trabalhadores e a inflação, agora mais estabilizada, queremos que a atualização ande nos dois dígitos. Fizemos uma proposta que não foi liminarmente recusada, mas também não foi aceite. No entanto, a Direção da CNIS já ficou acordado que não aceitamos somas para chegar aos dois dígitos, ou seja, não queremos chegar aos dois dígitos somando um valor aos 3,5% que este ano foram atribuídos a quarto valências. Por isso, vamos lutar pelos dois dígitos, mas a partir do valor de participação praticado atualmente”.

Por outro lado, o padre Lino Maia lembrou que “a génese das IPSS está nas comunidades e o Estado apoia, mas temos de nos lembrar que direitos universais são a Saúde e a Escola Pública, a proteção social não é, pelo que o Estado pode deixar de apoiar”.

Por isso, o presidente da CNIS voltou a reforçar a intenção de se promover a inclusão da proteção social como direito universal na Constituição da República Portuguesa.

Na reunião de Fátima, os conselheiros foram informados sobre a avaliação do protocolo estabelecido com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), que é, segundo Alfredo Cardoso, “um balanço extremamente positivo”.

Agora, a ANMP vai fazer uma proposta de revisão do protocolo, sem retirar nenhuma matéria que este já inclui, mas acrescentando outras matérias, como a pobreza e os sectores não contributivos.

Já do encontro da CNIS com o ministro Adjunto e da Coesão Territorial, Castro Almeida, o dirigente da Confederação alertou que “ou se abre uma linha de discussão própria nas CCDR com o Sector Social ou não estamos lá a fazer nada”.

“O dinheiro da CCDR é do estado e das



autarquias, mas tem de chegar à Economia Social”, asseverou Alfredo Cardoso.

Foi ainda feito o balanço do Encontro de IPSS do distrito da Guarda, da XVII Festa da Solidariedade, que decorreu em Bragança, e do Seminário sobre sexualidade na deficiência, realizado no Fundão, iniciativas promovidas pela CNIS, com o apoio das respetivas Uniões Distritais.

Sobre o Seminário, o presidente da CNIS disse que “as IPSS existem por causa das pessoas, por isso tudo o que lhes é importante deve ser abordado por nós”.

Foram ainda apresentados de forma resumida o Programa de Ação e o Orçamento previsional para 2025 e no momento da palavra ser dos conselheiros ficou o alerta para a difícil situação financeira em que se encontram as Casa de Acolhimento de Crianças e Jovens em Perigo e ainda a enorme escassez de lares residenciais para a área da deficiência.

Dia 23 de novembro CNIS reúne em Assembleia Geral, em Fátima.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTO)



CONVOCATÓRIA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos da alínea d), do Artigo 27º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a reunir em Sessão Ordinária, em Fátima, no Hotel Cinquentenário, no próximo dia 23 de Novembro, pelas 9h45, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 - Apreciação do orçamento e programa de ação para 2025;
- 2 - Apreciação do relatório emitido pelo Conselho Fiscal sobre o programa de acção e orçamento para 2025;
- 3 - Votação do orçamento e programa de ação para 2025;
- 4 - Outros assuntos.

Se à hora atrás referida não estiver a maioria das associadas, a Assembleia Geral terá início quinze minutos depois, pelas 10h00 (dez horas), em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, conforme o ponto 3, do Artigo 31º.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Dr. José Carlos Borges Batalha)

Porto, 06 de novembro de 2024

CONGRESSO «PARALISIA CEREBRAL: VISÕES HOLÍSTICO-SISTÉMICAS DA INTERVENÇÃO»

Juntos pintamos o futuro sorrindo

As comemorações do Dia Nacional da Paralisia Cerebral, que se assinala a 20 de outubro, decorreram ao longo de três dias em Vila Real e tiveram o seu início com a realização de um congresso subordinado ao tema «Paralisia cerebral: visões holístico-sistémicas da intervenção», na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).

Promovido pela Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPPC), este ano em parceria da Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real (APCVR), o congresso abordou formas diversas de fazer intervenção nas pessoas com esta condição de vida, como o reiki ou a hipnose, entre outras abordagens, mas também houve espaço para um momento mais político-institucional.

Rui Coimbra, presidente da FAPPC, logo na abertura abordou diversas questões que fazem parte do caderno reivindicativo que a Federação tem apresentado aos sucessivos governos, sem, no entanto, ter tido sucesso na sua aplicação, pelo menos até agora.

De seguida, Rui Coimbra indicou algumas questões que são transversais a todas as associadas da FAPPC, como a “necessidade de incentivar a formação de terapeutas junto das universidades e politécnicos, onde atualmente há escassez, como, por exemplo, terapeutas da fala em todo o país”.

A transição de Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) para Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) e a situação do Centro de Recursos para Inclusão (CRI) também foram temáticas abordadas por Rui Coimbra.

“A lei aprovada e, entretanto, ‘suspensa’ é toda ela um conjunto de problemas. Em fevereiro de 2023, num congresso, no Porto, sobre este tema, a anterior Secretária de Estado da Inclusão prometeu reunir com as Federações no sentido de rever e melhorar a legislação. Tal nunca aconteceu”, começou por dizer, elencando os principais problemas da resposta de CACI: “Rácios colaboradores/clientes (1/10), o que na Paralisia Cerebral é um rácio surreal; dificuldades financeiras na transição de CAO para CACI, seja com transportes, perfil dos clientes, flexibilização dos quadros de pessoal para o perfil dos clientes de um determinado CACI até ao envelhecimento dos clientes e colaboradores, que obriga a um aumento das necessidades de prestação de apoio; importância de rever a questão de retroativos de quem assinou o novo contrato; acidentes de trabalho dos clientes, pelo que é necessário a clarificação dos seguros do trabalho em contexto de CACI, pois nestas situações deveriam ser apólices com soluções próximas dos acidentes de trabalho, uma vez que não pode ser este “tipo” de seguro, dado que são clientes e não colaboradores/as; necessidade de serviços de suporte que acompanhem o natural envelhecimento dos cuidadores; desgaste e necessidades de adaptação aos postos de trabalho”.

Para Rui Coimbra, “estes são alguns dos problemas graves que temos com os CACI, que funcionam com verbas de CAO e com dinâmicas de



CACI”, pelo que “o ideal seria haver um suplemento por dependência, como existe nos idosos, o que é facilmente comprovado”.

Relativamente à situação dos CRI, para o líder da FAPPC, “seria importante promover a estabilidade dos acordos e/ou a sua plurianualidade, permitindo às instituições meios para ter equipas estáveis”, sublinhando que “há a necessidade de esclarecimento se o financiamento ‘extra’ recebido no final de um ano letivo transita para o seguinte ano letivo ou se tal foi apenas excepcional para o ano letivo 2023/24”.

O presidente da FAPPC referiu-se ainda ao financiamento do Instituto Nacional de Reabilitação (INR), começando por lembrar que, “na atual redação da lei de financiamento, todas as Federações e Associações, por mais pequenas ou grandes que sejam, concorrem a um mesmo bolo orçamental”, defendendo que “as ONGPD que estão representadas na Comissão de Políticas de Inclusão, devido a todas as suas responsabilidades e representatividade, deverão ter um financiamento estável e diferenciado”.

Para Rui Coimbra, “o problema é a ‘facilidade’ ou ‘simplicidade’ com que, nos últimos anos, têm aparecido novas associações, muitas delas nas mesmas áreas de outras e replicando o trabalho”, pelo que a FAPPC defende “uma divisão ou repartição do valor orçamental em duas parcelas, com base nos valores apurados em 2024, para proporcionar maior estabilidade orçamental às Federações, que têm outro tipo de responsabilidades e funções”.

“Há ainda o problema de haver federações que se apresentam a financiamento com contas consolidadas a nível nacional, mas de associadas regionais”, apontou, concluindo: “Tal desvirtua os valores financiados e vai ao arrepio do pedido do INR”.

Rui Coimbra referiu ainda uma questão em que considera que a FAPPC foi prejudicada no financiamento do INR, sendo que a situação ainda não teve o desfecho exigido.

“Em 2022, a FAPPC demonstrou, de forma cabal, um erro gigante na fórmula de atribuição dos

valores e que prejudicou, de forma sistemática, duas federações. Em 2023, o INR disse que tinha uma verba para compensar a FAPPC quanto a estes erros de anos consecutivos. No entanto, depois da queda do Governo, em novembro de 2023, a indicação foi de que não teriam forma de a pagar”, relatou Rui Coimbra, afirmando: “Entendemos que devemos ser ressarcidos deste erro... que ainda hoje tem impacto”.

Nota ainda para a exigência de “alteração da legislação sobre a esterilização das mulheres com deficiência”, algo de que Portugal se devia envergonhar.

Por seu turno, Carlos Varela, presidente da APCVR, explicou que o tema do congresso “evoca uma ideia central para o nosso trabalho: a necessidade de uma abordagem holístico-sistémica”.

“Uma visão holística reconhece que a pessoa não é apenas um corpo físico ou um conjunto de sintomas clínicos a serem tratados, mas sim um ser humano integral, com emoções, sonhos, dificuldades, capacidades e, acima de tudo, uma dignidade inalienável”, sustentou, prosseguindo: “Já a abordagem sistémica leva-nos a entender que a pessoa com paralisia cerebral não existe isoladamente. Ela faz parte de sistemas maiores, como a família, a comunidade, o sistema de saúde, o sistema educativo e o mercado de trabalho, entre outros. Estes sistemas, que interagem constantemente com a pessoa, podem facilitar ou complicar o desenvolvimento de uma vida plena e digna”.

Sublinhando que “juntos pintamos o futuro sorrindo”, Carlos Varela frisou que “uma sociedade inclusiva e justa exige um quadro legal e institucional que defenda os direitos das pessoas com deficiência, garantindo o seu acesso a serviços de saúde, educação, emprego e lazer”.

Destaque para a palestra de Carla Reigada subordinada ao tema «Dor total: uma abordagem centrada na pessoa» e para o testemunho de Sónia Lourenço, mãe de Ana Margarida, uma jovem de 21 anos com paralisia cerebral.

Estavam lançadas as celebrações do Dia Nacional da Paralisia Cerebral, que se prolongaram pelos dias 19 e 20 [ver páginas seguintes].



RUI COIMBRAS, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS DE PARALISIA CEREBRAL

Apenas exijo um financiamento justo para as instituições do sector social

À boleia da comemoração do Dia Nacional da Paralisia Cerebral, assinalado no passado dia 20 de outubro, a Volta a Portugal da Solidariedade desta edição foca-se nesta condição pessoal que afeta mais de 20 mil portugueses.

A Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPPC) é a organização representativa das 18 instituições associadas que cobrem de norte a sul, Madeira e Açores incluídos, o território nacional tentando dar resposta a quem precisa de ajuda, seja quem vive com aquela condição, sejam familiares ou cuidadores.

Em entrevista ao Solidariedade, Rui Coimbra, presidente da FAPPC, faz um retrato crítico em relação aos poderes políticos, deixando um forte elogio à capacidade de resiliência das associações de apoio às pessoas com deficiência.

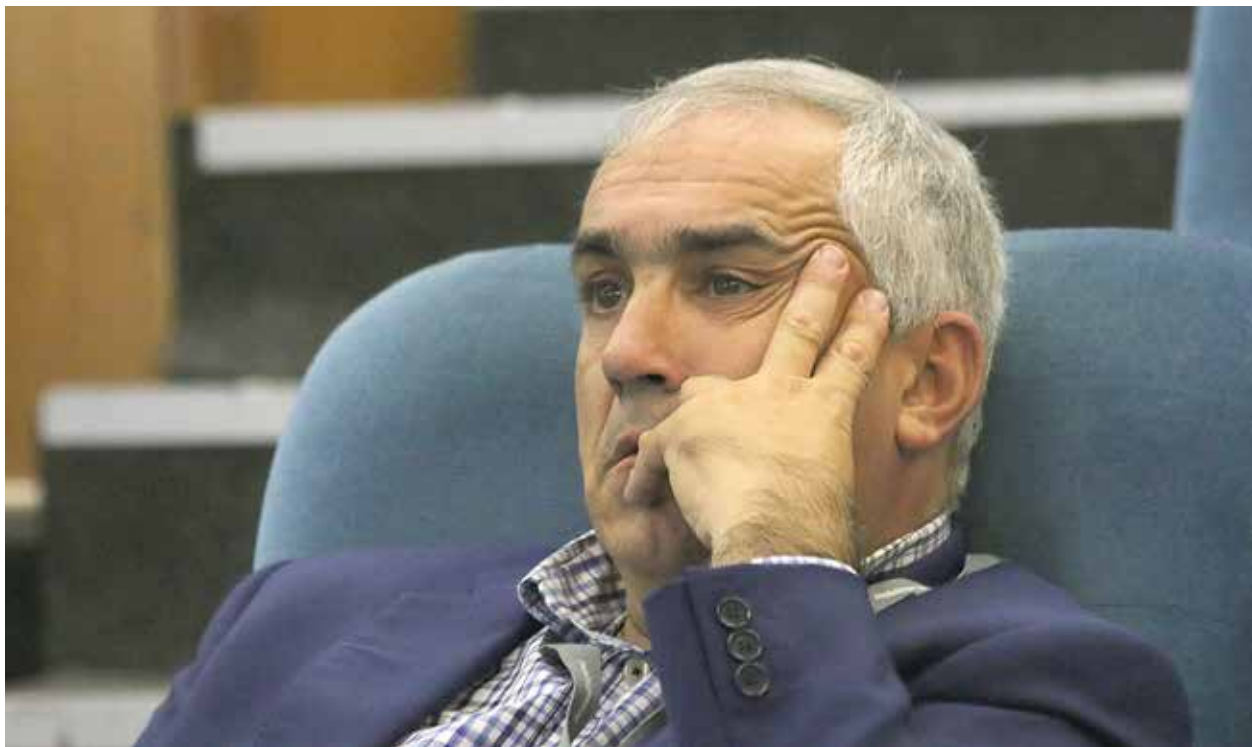
“Estamos a trabalhar no fio da navalha, tentando fazer tudo e mais alguma coisa para não falharmos com a nossa missão”, afirma numa referência direta ao subfinanciamento do Estado às IPSS, asseverando: “Não é função dos dirigentes das instituições preocuparem-se exclusivamente com as questões financeiras”.

SOLIDARIEDADE - Que retrato podemos traçar das instituições que trabalham a paralisia cerebral em Portugal?

RUI COIMBRAS - É um retrato muito simples de se fazer! As instituições de paralisia cerebral em Portugal, de norte a sul, Açores e Madeira, trabalham todos os dias de forma incansável e dedicada para melhorar a qualidade de vida das pessoas com paralisia cerebral, bem como das suas famílias e cuidadores. Temos gente competente e dedicada, quer seja a nível de técnicos, quer também de dirigentes e de voluntários. Posso afirmar convictamente que todos trabalham com apego e afinco para se ultrapassar todas as dificuldades que surgem dia após dia, quer sejam dificuldades inerentes à gestão regular das instituições, quer seja também por outras “dificuldades” com as quais nos confrontamos pela inadequada forma de financiamento público, ou também por legislação inadequada e que nem sempre encara as pessoas com deficiência como uma considerável parte da sociedade.

Qual o grande obstáculo que as instituições enfrentam atualmente para melhor prosseguirem a sua missão e função?

Como já referi, o tal “grande obstáculo” divide-se em duas vertentes. Legislação inadequada e que nos esquece, por um lado. Depois, paralelamente, um gritante subfinanciamento de um sector que é fundamental. Estamos, em algumas áreas, a trabalhar com valores e contratos que não merecem atualização (financeira ou de competências). Mais do que as verbas, preocupa-me andarmos a trabalhar com base em documentos que são constantemente adiados em termos de implementação



e adequação. Os CACI, são exemplo disso. Dá-me a impressão que ninguém se preocupa. Que seremos, como alguns dizem, filhos de um Deus menor... E com todo o respeito pelos muitos que têm fé, eu, pessoa com paralisia cerebral e, portanto, com deficiência, não quero ser filho de um Deus menor... ou maior!

Em termos de respostas sociais na área da paralisia cerebral, quais as grandes lacunas?

As associações do sector social, na sua grande maioria, nascem da preocupação de pais, de familiares e de técnicos para colmatar as lacunas existentes. Ou seja, fomos nós que definimos prioridades em relação às respostas inexistentes a nível estatal. Começámos no essencial e prioritário, avançando, aos poucos, para outras respostas e valências. Não teremos, portanto, “grandes lacunas”, mas temos, inegavelmente, falhas e lacunas para as quais gostaríamos de encontrar solução e caminhos. Da nossa parte existe conhecimento, dados e opções em relação aos próximos passos, mas, admito, alguns desses passos não poderão ser realizados de forma individualista. Ou seja, apenas porque nos apetece. São decisões que deverão ser partilhadas e contratualizadas com quem de direito. Os acordos celebrados com o Estado ficam aquém do necessário para que se possa prestar um serviço com ainda mais qualidade. Ou, até, com novas valências. Ninguém me ouvirá dizer que as associadas da FAPPC querem mais dinheiro para isto ou para aquilo, mas certamente que me ouvirão dizer, e já o fiz várias vezes, que as verbas resultantes dos acordos têm de ser revistas. Que há serviços em relação aos quais a resposta terá de ser mais completa. E que há, ainda, zonas “a descoberto” em relação às pessoas

com deficiência. Sou defensor do rigor e da exigência. E o nosso nível de exigência leva-me a considerar que este subfinanciamento já nos forçou a ultrapassar os mínimos do que é aconselhado. Sei, com números concretos, dos casos de associadas da FAPPC que para manterem serviços, e qualidade dos mesmos, estão a entrar em situações de endividamento. Ou, para não o fazerem, conseguem internamente direccionar verbas entre serviços, para que assim nada falhe. E não é função dos dirigentes das instituições preocuparem-se exclusivamente com as questões financeiras. Devem, antes, preocupar-se com os serviços que prestam. E em relação a quem o fazem. Apenas peço, e exijo, que exista um financiamento justo.

Mas a FAPPC tem vindo nos últimos anos a referir uma lacuna específica... um “desaparecimento das estatísticas” numa certa altura. A que se refere?

Refiro-me às pessoas com deficiência que aos 18 anos parece que “desaparecem do radar”. Ou seja, deixam de “existir” em termos numéricos. Nascem e seguem caminho pelos serviços de infância. Depois continuam com a intitulada Escola Inclusiva, tema que por si só mereceria uma entrevista específica... A seguir, aos 18 anos, há poucos caminhos que se lhes proporcionam. O Ensino Superior ainda é, praticamente, inacessível por diversas razões. E, pior, a empregabilidade para uma grande maioria ainda é um sonho por concretizar. Assim, aos 18 anos, uma pessoa com deficiência corre sérios riscos de se evaporar em termos estatísticos. E “reaparecerá” anos mais tarde quando vier a necessitar de apoio específico, quer seja institucionalizado ou com o desejável apoio à vida independente. Mas há aqui um hiato de décadas!

E há, na comunidade adulta de pessoas com deficiência, uma grave ausência de respostas. E há ainda que considerar que nem todas as soluções, institucionalizar ou desinstitucionalizar, se podem aplicar de forma indiscriminada. A FAPPC acredita na desinstitucionalização, desde que avaliando caso a caso e deixando a escolha à opção individual de cada um de nós!

Como tem sido a transição dos Centros de Atividades Ocupacionais (CAO) para os Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) e quais os principais obstáculos?

A implementação da lei dos CACI foi suspensa em março de 2023. E se o foi é porque algo falhou no processo... E já desde março de 2023 que, com expectativa, a FAPPC e outras federações aguardam pelas desejadas reuniões com a tutela para uma necessária revisão desta lei. Desde há anos que são inúmeros os pontos que a FAPPC quer rever e discutir em relação a esta mudança de CAO para CACI.

Mas há um ponto que classifico como verdadeira aberração. Definiram, no papel, em lei, um lamentável rácio de “um para 10” na paralisia cerebral. Ou seja, um funcionário para um grupo de 10 pessoas. Será que fazem ideia daquilo que quiseram impor no papel? É impossível! Esqueçam! Não existe tal possibilidade e nunca irá funcionar nas nossas associadas. Os clientes/utentes com paralisia cerebral em regime de CAO/CACI são pessoas extremamente dependentes de ajuda de terceira pessoa nas normais atividades da vida diária. E este rácio é uma mera ficção que nunca conseguiremos implementar. E se a lei é “ficção”, exige-se que a mesma seja revista.

Como contornar o problema da falta de terapeutas, especialmente, terapeutas da fala?

Esta pergunta remete para uma anterior, sobre a revisão dos acordos de financiamento. O nível do custo de vida aumentou. Tudo aumentou. Até os ordenados, ainda que de forma insuficiente... E os acordos não acompanharam tal evolução. Assim, em termos práticos, o sector social paga o que está definido pelos acordos. O que, admito com alguma vergonha, é muito pouco quando se faz uma simples comparação com o restante mercado de trabalho.

A falta de terapeutas da fala... a falta de psicólogos... a falta de auxiliares... a falta de todo e qualquer profissional no sector social tem uma explicação muito simples! Se tenho propostas no sector privado que me oferecem 100, terei todos os motivos para não optar pelo sector social que me oferece 60 ou 70! Mesmo que até tenha uma verdadeira paixão por este serviço social! Hoje já nem se coloca a questão de reter os melhores. Hoje, o problema já nem é reter. É mesmo conseguir-se contratar. Por isso, presto um elogio a todos e todas que, no sector social, conseguem resistir à tentação de melhores salários e optam por dedicar as suas competências a uma causa muito específica. E já nem vou abordar o estreitamento salarial entre diferentes categorias. Daqui a uns tempos teremos distintas funções e responsabilidade remuneradas de forma praticamente idêntica.

A questão remuneratória também tem levantado problemas de recrutamento às instituições da área da paralisia cerebral?

Problemas?... E que problemas! Podemos

separar esta questão em duas respostas. Em primeiro lugar, e como legalmente se impõe e é justo, a grande maioria das remunerações dos trabalhadores das IPSS concretiza-se 14 meses por ano, mas os acordos só contemplam a remuneração para 12 meses. O que fazer em relação aos restantes? Fazer de conta? Incumprir? Ignorar os direitos dos trabalhadores? Ou, então, mais uma vez, descobrir uma solução para “tapar” mais um buraco... Só que quando os buracos começam a ser muitos, a queda pode ser fatal e podemos ter associações que “desistam” e deixem de prestar um serviço fundamental. Mas há outra questão, a nível remuneratório, que nos deixa muito preocupados. O sector social “trabalha” com uma tabela que não reconhece, não premeia e não remunera adequadamente os seus recursos humanos. Esta questão, bem como várias outras, já mereceram a nossa reflexão e protesto. Faz parte de um caderno reivindicativo que temos vindo a apresentar aos responsáveis políticos. E a ausência de resposta não é deste Governo. É deste, do anterior e de outros... A área da deficiência não tem merecido, de há vários Governos a esta parte, a devida atenção.

Em relação ao “apego e afincamento” inicialmente referidos, será também algo de necessário por parte de quem é dirigente e não apenas dos funcionários?

Assuma-se o seguinte: a grande maioria dos dirigentes associativos desempenha tal função em regime de voluntariado. Por dedicação à causa e amor à camisola. Em Portugal não se reconhece o trabalho dos dirigentes associativos. Tal como eu, muitos destes dirigentes têm atividade profissional fora do sector social. O tempo que damos, sem nada exigir em troca, é porque acreditamos naquilo que fazemos e na importância daquilo que resulta deste nosso trabalho. Mas, confesso, às vezes é um “jogo de equilíbrios” muito complicado. Por vezes, acaba por se penalizar e prejudicar a questão profissional e, principalmente, a familiar. Sei que muitos são como eu... E que querem estar presentes, contribuir e ajudar neste caminho partilhado. Mas o “estar presente” durante horário laboral implica uma séria gestão de dias de férias, de ausências e, até, de desculpas familiares. O que, refira-se, se verifica por uma boa causa. Cabe ao Estado responder a várias perguntas. Querem dirigentes associativos ausentes? Ou que apenas compareçam para marcar presença? Ou, antes, querem dirigentes que produzam? Que possam aplicar o seu tempo para atingir de resultados concretos? Estas perguntas terão de ser respondidas pelo Estado e não por mim.

Se estivesse numa posição de poder, qual a primeira medida que tomava em prol das instituições da paralisia cerebral?

Esta é a resposta mais simples e mais curta de todas. Rever os Acordos de Financiamento e indexá-los à tabela remuneratória, não os deixando dependentes de boas vontades ou caridadeszinhas. Feito isto, muito mais... Até temos os assuntos elencados. E por ordem de prioridades.

A inexistência de números ou dados estatísticos preocupa-o?

Claro! Sem dados concretos não se conseguem implementar políticas. Só se consegue gerir o que se consegue medir. Nos Censos quase que desapareceram os dados estatísticos relativos às pessoas

com deficiência. Mas isso nem seria muito grave, pois parte desses dados existirão já, em termos formais, a nível da Segurança Social e da própria Autoridade Tributária. Acho que é uma questão que é duplamente preocupante. Em primeiro lugar, e em termos públicos, as pessoas com deficiência desaparecem das estatísticas, mas também desaparecemos na efetiva implementação de políticas para pessoas com deficiência. Haverá dados fiáveis, mas ninguém quer saber onde estão ou, até, nem querem fazer a devida utilização e processamento dos mesmos. A partilha de dados entre Ministérios, mantendo a anonimização dos dados, permitiria dar já uma realidade bastante boa.

Como é a relação das associadas com a FAPPC e quais as solicitações mais frequentes?

Considero que o diálogo FAPPC com as associadas e vice-versa é um canal bidireccional. A FAPPC existe para defender as suas associadas, responder aos seus anseios e ser a voz representativa de um universo de mais de 20 mil pessoas com paralisia cerebral. Lá está a falta de números. Mais de 20 mil pessoas, admitindo a possibilidade de sermos muitos mais. Em termos de trabalho feito, assinalo com satisfação um crescimento constante. Anteriores Direções da FAPPC tiveram um papel muito importante ao consolidarem um projeto. Agora, de forma ponderada, queremos ser sempre mais e melhor. Mas o nosso trabalho e dedicação são reconhecidos. Da mesma que reconhecemos trabalho e imensa dedicação de todas as nossas associadas.

E como é a relação com a CNIS?

O relacionamento institucional e de trabalho com a CNIS é muito positivo. Nem sempre estaremos de acordo com a agenda ou com os prazos de implementação da mesma, mas são discordâncias naturais num processo dinâmico. Partilhamos, com a CNIS, posições e reivindicações. Até partilhamos, com a CNIS, um elemento comum, muitas das vezes presente e interventivo na dupla função de dirigente da CNIS e também da FAPPC e de uma das suas associadas. Refiro-me ao Gil Tavares, uma das nossas vozes mais ativas e elemento com imensa experiência e ponderabilidade. Às vezes, o Gil Tavares tem o “dom” de ser a nossa voz da consciência e de nos trazer de volta a alguma racionalidade, usando, excelentemente, a sua capacidade de diálogo e de consensualização de ideias e políticas.

Dia 20 de outubro celebrou-se, uma vez mais, o Dia Nacional da Paralisia Cerebral. Em que medida é importante assinalar a data? A visibilidade das pessoas que vivem com essa condição tem melhorado?

O Dia é importante, mas ainda mais importantes são os restantes 364 ou 365 dias. Este dia, 20 de outubro, serve principalmente para mostrarmos politicamente o que é preciso fazer em relação às pessoas com paralisia cerebral. Serve também como momento de convívio e de partilha entre todas as nossas associadas. E concluo, portanto, com um forte elogio à Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real, anfitriã das comemorações deste ano. Proporcionaram um programa muito digno, diversificado, participado e inegavelmente interessante.

COMEMORAÇÕES DO DIA NACIONAL DA PARALISIA CEREBRAL

A paralisia cerebral é só uma parte da história de cada pessoa

Instituído em 2014, por decisão da Assembleia da República em resposta a uma petição na altura apresentada por vários milhares de pessoas, comemorou-se a 20 de outubro o Dia Nacional da Paralisia Cerebral.

Este ano as comemorações tiveram epicentro em Vila Real e tiveram um vasto programa ao longo de três dias (18 a 20). Todos os anos, uma das associadas da Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPPC) assume a dinamização de um programa comemorativo. Trata-se de uma forma de descentralizar as comemorações por todo o país, dando visibilidade às instituições locais, mas, também, pretendendo demonstrar que esta é uma questão transversal e que não deverá merecer apenas a atenção nos grandes centros urbanos.

Para Rui Coimbras, presidente da FAPPC, “esta descentralização das comemorações é também uma evidente demonstração do trabalho desenvolvido pelas nossas associadas e da sua capacidade de intervenção, inovação e, principalmente, de resiliência”.

Num ano que coincidiu com mudanças governamentais, o presidente da Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral quis aproveitar as comemorações para enviar inúmeras “recados” ao poder político.

“Não estou a ser especialmente insistente em termos de reivindicações em relação a este novo Governo”, disse Rui Coimbras, como forma de explicar um longo caderno reivindicativo que elencou na abertura do Congresso e, depois, durante um jantar solidário.

“Tudo aquilo que considero como urgente e a necessitar de decisões prioritárias faz parte de um conjunto de reivindicações que não é novo. Até já tinha sido apresentado ao anterior Governo”, esclareceu. Agora, ligeiramente “reformulado”, o referido “caderno reivindicativo” já foi entregue ao novo Governo e, entretanto, formalmente apresentado e justificado em reunião realizada já em setembro com a Secretaria de Estado da Ação Social e da Inclusão.

“A área das deficiências é quase sempre esquecida a nível dos decisores políticos. Temos assuntos que são constantemente adiados, resoluções que nunca se concretizam e políticas às vezes baseadas em números e indicadores de há uma década”, lamenta o responsável da FAPPC.

Mas para além deste “caderno reivindicativo” a recordar que, depois, entre os dias 18 e 20, foram diversas as atividades realizadas em Vila Real.

Para Carlos Varela, presidente da Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real (APCVR), um programa tão vasto e diversificado tinha uma razão de ser.

“Este tipo de dinâmicas tem uma importância fundamental na sensibilização da sociedade e é claro que a APCVR aceitou o desafio com o maior



dos orgulhos”, afirmou.

Foram três dias de atividades culturais, desportivas, de formação e informação, para além, evidentemente, da cerimónia oficial de comemoração da data, na manhã de 20 de outubro, de frente da Câmara Municipal de Vila Real.

Se a abertura formal do Dia Nacional da Paralisia Cerebral foi com o Congresso, que decorreu na UTAD (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), a abertura informal aconteceu com a inauguração de uma exposição nos Claustros do Governo Civil de Vila Real. Entre os dias 18 e 25 de outubro esteve patente ao público uma exposição de pintura de vários trabalhos elaborados pelos utentes da APCVR.

A 19 de outubro a Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real proporcionou um dia cultural. Com receção e breve visita às instalações da APCVR, a comitiva fez uma viagem pelo Douro vinhateiro (com paragem no Miradouro de São Cristovão) e uma visita à Quinta do Portal e à sua adega. Já da parte da tarde o destino foi o Palácio de Mateus. Visita que, refira-se, além de servir para conhecer um pouco da história e das histórias do local, foi, adicionalmente, momento para se sensibilizar os responsáveis pelo espaço em relação às questões de acessibilidades de cadeiras de rodas e de pessoas com mobilidade reduzida.

Ainda no dia 19 de outubro realizou-se o Jantar Solidário, iniciativa que juntou alguns dos congressistas, participantes dos eventos, patrocinadores, Direção e equipa da APCVR, utentes, familiares e imensos amigos.

Já no dia 20 de outubro, data oficial das comemorações, houve ocasião para uma caminhada solidária e para o momento mais institucional em frente aos Paços do Concelho de Vila Real.

Dirigindo-se ao grupo que fizera a caminhada, Rui Coimbras lembrou que “há ainda muito por desmistificar em relação à paralisia cerebral”. Sendo também o responsável da FAPPC uma pessoa com paralisia cerebral, fez questão de, mais uma vez, asseverar: “Não somos incapazes. Não somos frágeis. Não somos os pobrezinhos que almejam uma esmola da sociedade. Mas, também, não somos os que se superam, não somos



os super-heróis que tudo atingem, não somos os fantásticos que conseguem os impossíveis”.

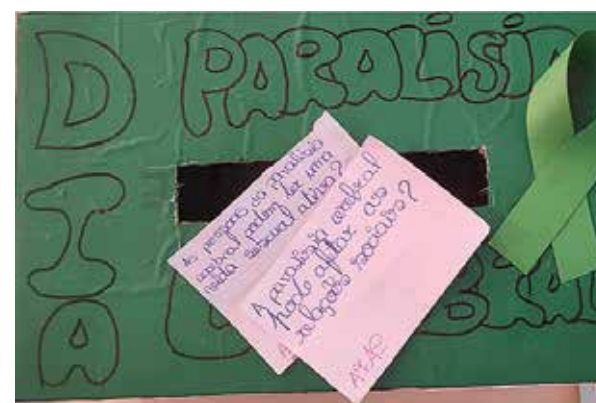
O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, enviou uma mensagem alusiva à data que foi lida na cerimónia junto à Câmara de Vila Real. Para Marcelo Rebelo de Sousa esta é uma data “que não pode ficar esquecida” e que, com estas comemorações, “nos confronta com o caminho percorrido desde Abril, nas cinco décadas de vivência democrática já experimentadas”.

Elogiando a génese da Federação e os “esforços promovidos por técnicos, pais e amigos de cidadãos com paralisia cerebral”, o Presidente da República escreveu que se pode fazer “um balanço sempre positivo quando avaliamos os direitos conquistados, a sensibilização pública, o combate ao preconceito, a investigação promovida e, sobretudo, a inclusão a todos os níveis dos compatriotas que vivem com deficiência”.

No final de três dias consecutivos de intensas atividades, Carlos Varela, presidente da APCVR, resumiu as comemorações oficiais do Dia Nacional da Paralisia Cerebral de 2024 de forma muito sucinta: “A dedicação, apoio e entusiasmo fizeram deste dia, o primeiro celebrado em Vila Real, um marco de união e inclusão. Juntos provámos que a força da comunidade faz a diferença”.

Em 2025 as comemorações serão junto de outra associada da Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral.

Assim se continuará a confirmar esta opção de “descentralizar”, dando razão à frase de Carlos Varela, presidente da APCVR: “É urgente diminuir



assimetrias entre o interior e o litoral, garantindo que todos tenham iguais direitos e deveres, assegurando-se que o indivíduo com paralisia cerebral deverá ter acesso à saúde, à educação e a múltiplos recursos do Estado Português, independentemente da sua zona de residência”.

PARA LÁ DOS MONTES...

E por isso mesmo, se muitos se deslocaram a Vila Real, por todo o país, ilhas incluídas, o Dia Nacional da Paralisia Cerebral foi assinalado, das mais diferentes formas.

Na Associação de Paralisia Cerebral de Braga a data foi celebrada com um convívio diferente entre utentes e cuidadores, com uma tarde repleta de conhecimentos, diversão e miminhos.

Por seu turno, a Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra fez publicações nas redes sociais com fotos dos seus utentes sob o lema «A paralisia cerebral é só uma parte da história de cada pessoa».

Mais a sul, na Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Faro assinalou a data com a apresentação do espetáculo final do projeto «Somos Arte», no espaço multiusos, da sede do Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Fernandes Lopes. O «Somos Arte» pretende promover a

participação de pessoas com deficiência ou incapacidade em várias formas de expressão e de interação social através da arte.

De forma diferente, a Associação do Porto de Paralisia Cerebral (APPC), no dia 21 de outubro, uma ação de esclarecimento sobre Voluntariado Inclusivo. Em parceria com a Câmara do Porto e a «Pista Mágica» deu-se a conhecer um projeto que visa garantir o direito a todas as pessoas de realizar ações voluntárias, independentemente da sua funcionalidade. E foram vários os candidatos que demonstraram interesse em participar.

Presente nesta ação de esclarecimento, Abílio Cunha, presidente da APPC, lembrou que na génese do nascimento da instituição esteve, precisamente, o voluntariado por parte de mães, pais e técnicos envolvidos nas temáticas da paralisia cerebral.

“O Voluntariado representa e traduz-se naquilo que hoje somos”, disse Abílio Cunha, razão pela qual defende que esta deverá ser uma área de atuação e intervenção constantes.

Coube a Mafalda Magalhães, da «Pista Mágica», esclarecer as inúmeras dúvidas apresentadas por muitos dos participantes na ação de esclarecimento. Afirmando que antes de se tornarem voluntários, “os interessados deverão fazer uma

prévia capacitação” para verificarem as áreas em que melhor se possam enquadrar, Mafalda Magalhães frisou que “todos podem, na sua individualidade, prestar algum tipo de contributo”.

A representante da «Pista Mágica» esclareceu que nos próximos meses serão agilizados os passos seguintes, pretendendo, em 2025, conseguir ter novos elementos no grupo de Voluntariado Inclusivo.

Na capital, a Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa promoveu ao longo da semana uma série de atividades, promovendo a inclusão, sensibilização e celebração das pessoas com paralisia cerebral.

Por seu turno, a Associação de Paralisia Cerebral da Madeira (APCM) assinalou o Dia Nacional dinamizando diversas atividades com o objetivo de “desmistificar alguns preconceitos relacionados com a paralisia cerebral e, em paralelo, sensibilizar para a importância do respeito, inclusão e capacitação das pessoas com esta condição de vida”.

Assim, entre os dias 14 e 18, foram vários os eventos diários que envolveram os utentes e os técnicos da APCM. A destacar que no dia 6 de outubro a Associação de Paralisia Cerebral da Madeira deu a conhecer, nas plataformas digitais, a música «Mama» e o respetivo vídeo musical. O projeto artístico-social resulta de uma parceria entre a instituição madeirense e o Estúdio 21. Sob orientação de Alex Gonçalves e Andreia Miranda, com vídeo de Pedro Sousa, «Mama» é interpretada por utentes acompanhados pela APCM, mostrando que a música é de facto universal e uma forma de expressão que pode ser usada por todos.

Entretanto, foi igualmente lançado um pequeno documentário que retrata a experiência da residência artística, destacando os momentos vividos pelos participantes e os impactos transformadores desta ação.

No Arquipélago dos Açores, a Associação de Paralisia Cerebral de S. Miguel promoveu um dia de convívio entre toda a comunidade da instituição, ou seja, famílias, clientes, colaboradores, direção e parceiros, com um almoço e boa disposição à mistura.



MINISTRA DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Governo está a trabalhar num programa “Pré-Escolar Feliz”

Mais de 116 mil crianças frequentam atualmente creches de forma gratuita, anunciou a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, segundo a qual foram criadas mais de 5.200 vagas nos últimos seis meses.

Segundo Maria do Rosário Ramalho ouvida numa audição conjunta das comissões de Trabalho, Segurança Social e Inclusão e de Orçamento, Finanças e Administração Pública, sobre o Orçamento do Estado para 2025, o Governo “acelerou muito” o programa ‘Creche Feliz’, que proporciona uma vaga gratuita a crianças nascidas depois de 01 de setembro de 2021.

Segundo a ministra, nos últimos seis meses, o Governo conseguiu aumentar em 5.257 vagas a capacidade instalada das creches, havendo agora “mais de 116 mil crianças” a frequentar esta valência de forma gratuita.

A governante acrescentou que o Governo está agora a trabalhar num programa Pré-Escolar Feliz, uma vez que atualmente não há garantia de vagas para todas as crianças quando terminam a creche aos três anos de idade.

O anterior Governo lançou o programa Creche Feliz para garantir a gratuidade da frequência das creches a todas as crianças nascidas depois de setembro de 2021 e em janeiro



deste ano tinha alargado a medida a todas às creches da rede pública, já depois de ter incluído as creches da rede privada.

Isso incluía creches de autarquias locais, creches de instituições de ensino superior público ou de outras pessoas coletivas de natureza pública, designadamente creches de empresas públicas, creches de sociedades anónimas de capitais públicos, creches de institutos

públicos ou de outros organismos de natureza similar.

Entretanto, já com o atual Governo, a medida sofreu alterações nos critérios de acesso, quando definiu que as famílias passariam a ter acesso a uma vaga no setor privado se não houvesse vaga na rede social na área da sua freguesia de residência ou trabalho, e não na área do concelho como até então.

APOSTA CONTÍNUA EM FERRAMENTAS, PARA O SETOR SOCIAL, que asseguram uma gestão global, integrada e sempre em linha com as exigências legais/fiscais.

- ✓ VISIBILIDADE
- ✓ ACESSIBILIDADE
- ✓ CREDIBILIDADE
- ✓ PROFISSIONALISMO
- ✓ EXPERIÊNCIA DE UTILIZAÇÃO

INSTITUIÇÕES MAIS PRÓXIMAS DOS UTENTES

Conheça a **OFERTA 360°** da F3M para o setor social!

<ul style="list-style-type: none"> SOFTWARE CONSULTORIA FORMAÇÃO CERTIFICADA 	<ul style="list-style-type: none"> TELECOMUNICAÇÕES INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA CIBERSEGURANÇA
--	---

www.f3m.pt

Saiba como RESGATAR O FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO. Fale connosco.

ATRASOS NAS VISTORIAS DO INSTITUTO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES

Instituições de solidariedade com dificuldades no transporte de deficientes

O transporte de pessoas de cadeiras de rodas por instituições de solidariedade está a ser dificultado pelos atrasos nas vistorias do Instituto de Mobilidade e Transportes (IMT) na transformação de viaturas. As empresas que transformam viaturas argumentaram que os atrasos as têm impedido de cumprir contratos e o IMT justificou-se com a falta de recursos, dificuldades informáticas e com o facto de alguns processos não estarem bem submetidos.

Em declarações à Lusa, Ana Cabouco, da Baltrina, disse que “os procedimentos mudam frequentemente”, que as regras aplicadas “não são uniformes nem para todos os processos, nem em todas as delegações” do IMT. “Eu tenho processos que só agora, ao fim de quatro meses, é que foram finalizados e tenho outros em que, numa semana, marcaram inspeção”, contou, lembrando que, neste momento, tem processos à espera há cerca de três meses.

Apesar de reconhecer que as coisas estão a melhorar, sublinhou que, muitas vezes, acaba por dar entrada de processos fora de Lisboa porque a espera é menor.

As dificuldades são corroboradas pela empresa Auto Ribeiro, que explicou à Lusa que os processos de homologação de viaturas com matrícula não são considerados urgentes para o IMT, o que faz com que, muitas vezes, os casos de carros para transporte de pessoas com mobilidade reduzida demorem mais tempo. “Tivemos efetivamente casos a passar quase meio ano entre a viatura estar completamente concluída e a marcação da inspeção”, contou, acrescentando que o instituto “até tem tido alguma sensibilidade”, mas faltam recursos humanos. Disse que a empresa tem cerca de



30 veículos prontos a aguardar luz verde do IMT, num investimento de cerca de 60.000 euros por carro: “já dá para ter ideia dos milhões que temos aqui”.

José Bourdain, da Associação Nacional de

Cuidados Continuados (ANCC), contou à Lusa que a instituição que dirige em Sintra (Cercitop) tem há meses uma viatura de nove lugares já transformada (com rampa para transporte de pessoas de cadeiras de rodas) que aguarda luz verde do IMT. O responsável disse igualmente que o processo de uma das duas carinhãs da instituição que mais recentemente receberam o ok do IMT para circular esteve mais de um ano à espera.

Numa informação enviada para o Ministério das Infraestruturas e Habitação, o responsável sublinhou os “graves danos” que esta situação provoca às empresas que transformam viaturas, com impactos no apoio a pessoas com deficiência e idosos, bem como ao Serviço Nacional de Saúde, no que se refere ao transporte de doentes urgentes ou não urgentes.

Numa carta enviada ao IMT, a que Lusa teve acesso, a Associação Nacional do Ramo Automóvel (ARAN) sublinhou que, “as empresas estão a ser penalizadas por fazerem entregas tardias quando, na verdade, têm os veículos prontos, faltando apenas os procedimentos” por parte do instituto. “Estão em causa prejuízos elevados com penalidades contratuais e até com desistências de negócios”, acrescentou.

Contactado pela Lusa, o IMT reconheceu as dificuldades, que justifica com a escassez de recursos humanos, o legado tecnológico das aplicações informáticas do instituto e a “deficiente submissão de alguns pedidos” junto dos serviços, acrescentando que já promoveu sessões de esclarecimento com as empresas para tentar agilizar respostas. Esclareceu que o prazo médio de tramitação dos processos ronda os 90 dias, mas “com tendência a reduzir”.

INSTITUTO NACIONAL RICARDO JORGE

Época da gripe com mais mortes do que se esperava

Portugal registou um total de 3.624 mortes em excesso em relação ao esperado no final de 2023 e início de 2024, período que coincidiu com a epidemia de gripe, adiantou o Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge.

“Durante a época de gripe 2023/2024, o número de óbitos por todas as causas em Portugal esteve acima do esperado durante um período. Este período decorreu entre as semanas 51/2023 e 03/2024, que foi coincidente com a epidemia de gripe”, refere o relatório do Programa Nacional de Vigilância da Gripe e de Outros Vírus Respiratórios.

Este programa permite acompanhar a circulação dos vírus, descrever a atividade da gripe e detetar e identificar os vírus influenza, SARS-CoV-2, Vírus Sincicial Respiratório (RSV), entre outros em circulação no país, e inclui as áreas da vigilância clínica e laboratorial.

“Relativamente ao período identificado, potencialmente associados à epidemia de gripe, por serem temporalmente coincidentes, estimámos um

total de 3.624 óbitos em excesso em relação ao esperado, o que corresponde a um excesso de 34 óbitos por 100.000 habitantes”, refere o documento.

O INSA avança ainda que o excesso de mortalidade neste período atingiu o seu valor máximo na primeira semana de 2024.

A análise dos dados concluiu ainda que o excesso de óbitos foi observado, de forma significativa, em todas as regiões do continente, bem como em ambos os sexos, sendo mais elevado no feminino (35/100.000 habitantes). “Por último, observou-se um aumento do excesso de óbitos com a idade, em particular no grupo etário com mais de 85 anos (444/100.000 habitantes)”, adianta também o relatório, ao avançar que, durante o período de excesso de mortalidade, ocorreram dois eventos que “podem explicar este aumento do risco de morrer”. “Especificamente, a epidemia de gripe sazonal, cujo período epidémico decorreu entre as semanas 47/2023 e 04/2024, com um pico em redor da semana 52/2023, e temperaturas baixas no final do

ano de 2023”, explica o INSA, ao adiantar que o estudo da mortalidade atribuível a cada um dos fatores de risco encontra-se em desenvolvimento, pelo que os seus resultados serão posteriormente divulgados.

De acordo com o instituto, a análise virológica demonstrou que os vírus da gripe circulantes eram na sua maioria semelhantes aos vírus que integraram a vacina utilizada na época 2023/2024.

O relatório indica também que foi observado um aumento da proporção de casos de covid-19 com a idade, tendo o maior número de casos ocorrido no grupo etário dos 30 aos 64 anos. A caracterização genética dos vírus SARS-CoV-2, detetados nas redes sentinela do PNVG, mostrou a diversidade e a circulação das linhagens do vírus que provoca a doença covid-19, refere o documento.

Os vírus SARS-CoV-2 identificados pertenciam na sua maioria à linhagem BA.2.86, da variante Ómicron, e foram também identificados vírus pertencentes à linhagem recombinante XBB.

SEMINÁRIO VIVÊNCIAS DA SEXUALIDADE NAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

É preciso acabar com a esterilização for

Inicialmente agendado para 19 de setembro, altura de grandes incêndios que, de certa forma, cortaram a ligação entre o norte e o sul do país, foi apenas a 29 de outubro que a CNIS realizou o seminário «Vivências da sexualidade, afetos e relações de intimidade: o caso das pessoas com deficiência apoiadas pelas IPSS».

Depois de um primeiro encontro subordinado ao mesmo tema, mas dedicado aos idosos e que decorreu em Aveiro, o Fundão recebeu, finalmente, a abordagem proposta pela CNIS à sexualidade das pessoas com deficiência.

“Um dos objetivos mais importantes das IPSS na comunidade é o de contribuir para o bem-estar social e individual dos cidadãos, em especial daquelas pessoas a quem têm a responsabilidade de ajudar e apoiar através da prestação de serviços de ação social”, começou por afirmar Eleutério Alves, vice-presidente da CNIS, na abertura dos trabalhos no Casino Fundanense, acrescentando: “O tema da sexualidade nas nossas instituições, sobretudo nas que apoiam pessoas idosas ou pessoas com deficiência, tem, numa boa parte delas, passado ao lado das preocupações quer de dirigentes, quer dos trabalhadores que diariamente cuidam dos nossos utentes”.

Segundo Eleutério Alves, “a CNIS reconheceu a importância do tema e a necessidade de conferir mais competências a quem cuida destes utentes”, pelo que “a sexualidade na deficiência tem de ser levada a sério por quem dirige e por quem cuida”, defendeu.

“E para tratar de assuntos que interessam às nossas associadas e que conduzam ao bem-estar e dignidade dos utentes, independentemente da sua complexidade na abordagem, não é preciso ter coragem, como afirmaram alguns dos palestrantes do seminário de Aveiro, é preciso ter vontade, determinação, responsabilidade e competência para resolver”, sustentou o vice-presidente da CNIS, referindo: “Como disse o nosso presidente, padre Lino Maia, ao abordar este tema em Aveiro, ‘os nossos utentes são pessoas de direitos, mas também de expressões’ e eu permito-me acrescentar que são pessoas de afetos e sentimentos. A sexualidade é uma dessas expressões que assenta nos sentimentos mais íntimos de cada um, independentemente da sua condição física, de idade, de género ou outra qualquer condicionante de vida”.

Para Eleutério Alves, na vivência da sexualidade, do afeto, do carinho e do amor, nas pessoas com alguma deficiência “a forma de se exprimirem é que pode ser diferente e, daí, ser necessário uma abordagem também ela diferente, talvez mais complexa, mas igualmente, por isso, mais desafiante para quem lida com o problema”.

Perante uma plateia repleta por um grupo muito interessado, o «vice» da CNIS lembrou que, “nas IPSS, o utente deve estar sempre no centro das preocupações e atenção” e sublinhou que “a deficiência não retira direitos nem dignidade, antes obriga a uma maior atenção para que ambos sejam garantidos e se mantenham presentes ao longo da sua vida”.

Ao longo do dia, perante uma plateia repleta e



bastante interessada, falou-se sobre a importância que a sexualidade tem na vida das pessoas com deficiência, o tabu que ainda é e um tema estigmatizante, mas sempre enfatizando a plenitude de direitos que as pessoas com deficiência têm.

Autonomização, proteção, direitos humanos, dignidade e diversidade foram igualmente temas abordados, sublinhando-se que “as pessoas com deficiência são sujeitos de direitos”.

Diversas intervenções abordaram os direitos sexuais da mulher com deficiência, mas também questões como a igualdade de género, “temas que ainda têm de se trabalhar muito”, lembrou Alcina Cerdeira, presidente da União Distrital das IPSS de Castelo Branco (UDIPSSCB).

Entre as muitas ideias passadas na jornada do Fundão, foi afirmado que “a sexualidade é energia positiva que ativa todos os sentidos”, defendeu-se a literacia e uso de linguagem mais acessível e que, dentre mitos e tabus que criam impactos, é preciso desmistificar a sexualidade na saúde e na vida de todas as pessoas, uma questão que ainda é, muitas vezes, negligenciada e ignorada.

Foram muitas as vozes que reclamaram formação contínua e mais informação, reivindicando um investimento na educação para a sexualidade, uma vez que esta “é boa energia e também saúde”.

Uma ideia muito importante que passou e foi sublinhada diversas vezes foi a de que as mulheres com deficiência têm direito à vontade própria, pois é uma questão de dignidade humana, e que “a sexualidade não é apenas um ato pessoal, é um ato pessoalíssimo”.

Logo na primeira sessão plenária, Raquel Alvarinho Correia, da APPACDM Castelo Branco, começou logo por lembrar que o tema da



sexualidade “é complexo e um tabu e um tema estigmatizante na deficiência”, lembrando os mitos de que “as pessoas com deficiência são assexuadas” ou, então, que são hipersexuadas.

Depois, Raquel Correia considerou que “autonomia e proteção é uma dicotomia difícil de equilibrar”, porque pesam em pratos diferentes questões como “o dar liberdade versus o proteger, prevenindo experiências negativas” ou “o reconhecer a sexualidade como um direito/necessidade a ser respeitado versus uma fonte de problemas e desafios”. Neste âmbito, a preleitora lembrou que “os direitos e as escolhas nem sempre são respeitados, porque ainda persiste um clima de aversão ao risco”.

De seguida, Paula Campos Pinto, do Observatório de Deficiência e Direitos Humanos, sobre a temática «Deficiência intelectual, consentimento e acompanhamento de maior: que lugar para a sexualidade?», afirmou que “as pessoas com deficiência são pessoas sujeitos de direito”, no âmbito do modelo dos direitos humanos, que reconhece ainda “a dignidade inerente a todas as pessoas com deficiência e a deficiência como parte da diversidade humana”, lembrando que, “a individualização da resposta, prende-se com a qualidade dos serviços”.

Sobre a “nova visão” que gira em torno da inclusão, direitos e autodeterminação, Paula Campos Pinto frisou que “para incluir é preciso transformar” e que, na sexualidade, “autodeterminação é ter liberdade de escolha e controlo sobre onde, com quem e de que modo as quer viver”.

Depois de distinguir capacidade jurídica de capacidade mental, a jurista considerou que “está a haver uma evolução, por parte dos tribunais,

çada de raparigas menores em Portugal



no tipo de sentença sobre a representação geral e a representação especial”, no entanto, os dados estatísticos apresentados revelam ainda uma esmagadora preponderância da opção pela representação geral.

A questão da representação foi, igualmente, abordada por Ana Rodrigues, assessora da CNIS, que revelou um caso em que uma mulher deficiente e mãe de uma filha, já com 22 anos, após a promoção da representação geral, foi ainda impedida pelo Tribunal de, entre outras questões, de perfilhar. Como assim, se há uma realidade que não pode ser alterada?

Cruzando a representação com a questão da esterilização das mulheres com deficiência, Ana Rodrigues questionou “como pode haver uma esterilização voluntária quando a decisão é de outro?”, ou seja, do representante legal.

Referindo a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), a assessora da CNIS lembrou que este documento “estabelece para os Estados a obrigação de reconhecer que mulheres e raparigas com deficiência estão sujeitas a discriminações múltiplas, bem como de tomar medidas de combate a essas discriminações”.

Por fim, Ana Rodrigues revelou uma situação que devia envergonhar o nosso país: “Apenas três dos 27 países da União Europeia permitem a esterilização forçada de raparigas menores, a Chéquia, a Hungria e... Portugal”.

E concluiu: “A esterilização forçada em Portugal é inadmissível”.

Sobre «O papel da saúde na sexualidade, afetos e relações de intimidade das pessoas com deficiência», Ana Sofia Carvalho, da Unidade de Cuidados na Comunidade de Bragança, começou

por dizer que “a sexualidade começa logo em bebé”, sustentando que “os impulsos sexuais não são diferentes na deficiência física nem na deficiência intelectual do que é nas demais pessoas.

Defendendo que “a comunicação é a base da educação sexual”, a enfermeira afirmou que “tem de se falar abertamente da sexualidade com as pessoas com deficiência”, ao que a sua colega Conceição Tomé acrescentou: “As questões da sexualidade devem introduzir-se de forma lúdica, com filmes e jogos, por exemplo”.

Algo muito importante é “a consulta deve ser centrada no utente e não no técnico ou acompanhante, devendo todas as questões ser colocadas ao utente”, sustentou.

A terminar, Ana Sofia Carvalho sublinhou que “o direito à sexualidade é o mesmo para todas as pessoas, tem de ser adaptado nas pessoas com deficiência”.

Já da parte da tarde, Rui Coimbras, presidente da Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPPC), deixou o seu testemunho, ele que tem paralisia cerebral.

“Não há pior do que ouvir dizer que, sexualmente, as pessoas com deficiência são uns anjinhos que Deus pôs na Terra”, começou por dizer, reclamando o fim da esterilização forçada: “É preciso que Portugal acabe com a esterilização forçada. Não há nenhuma razão para que Portugal não mude a lei. Temos de combater o preconceito de que uma pessoa com deficiência vai ter filhos com deficiência”.

Já Vera Carnapete, da Associação para o Planeamento Familiar do Centro, lembrou que “a sexualidade tem dimensões biológica, psicoativa e sociocultural”, indicando que “os principais agentes de educação para a sexualidade são a família

(pais), pares e Media” e deixou um alerta: “A informação que passamos de forma informal sobre sexualidade é, muitas vezes, prejudicial para quem a recebe”.

“Quando vos disserem que a educação sexual acaba com a inocência, respondam: a educação sexual acaba com a ignorância”, sustentou Vera Carnapete, acrescentando: “Se há pessoas que nasceram com uma incapacidade, mas com capacidade sexual, então, vamos ajudá-la”.

Por fim, Iola Oliveira e maria João Simões, da ARCIL (Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã, apresentaram o SMARTS (Supporting Me About Rights To Sexuality), um projeto de Tomada de Decisão Apoiada (TDA), “em qualquer área da vida, mas especificamente na da sexualidade”.

“Enquanto técnicos temos de apetrechar as pessoas das ferramentas necessárias para que elas possam tomar as suas decisões e, assim, para correrem o risco menos penalizante possível”, afirmou Iola Oliveira, lembrando: “Nós, muitas vezes, erramos e estas pessoas também devem experienciar isso”.

A terminar, a técnica da ARCIL defendeu que “nós somos técnicos, não somos mágicos”, pelo que o projeto SMARTS também surge para apoiar o técnico”.

A fechar o seminário no Fundão, Alcina Cerdeira congratulou-se com a forma como os trabalhos decorreram, lendo depois as Conclusões dos mesmos.

“Valeu muito a pena, porque todas as participações e reflexões foram excelentes. Foi um dia riquíssimo. Este tipo de iniciativas é muito positivo para desmitificar estas questões. Temos que continuar a realizar uma reflexão profunda, como agora fizemos”, defendeu.

As IPSS devem contribuir para uma vivência da sexualidade harmoniosa, informada, saudável e responsável, pelo que é necessário promover um diálogo aberto e inclusivo, reconhecer que a sexualidade é um aspeto fundamental da identidade humana, que deve ser respeitado independentemente das limitações físicas ou cognitivas. E devem-se desenvolver políticas que respeitem, protejam e dignifiquem as pessoas com deficiência.

PAULO PEDROSO*Membro da Direção do CoLABOR
e Professor no ISCTE*

A segurança nasce da confiança

A morte de um cidadão em consequência de tiros disparados pela polícia numa madrugada, num bairro da área metropolitana de Lisboa, convoca-nos para uma reflexão sobre bairros como aquele em que a vítima morreu.

Na verdade, muitos de nós apenas despertámos para esta morte e para a gravidade da ocorrência na sequência dos distúrbios e quase motins dos dias e noites seguintes. Por muito estranho que pareça dizê-lo agora, não foi o episódio de violência policial em si que tornou notícia o que ocorreu, mas a reação popular.

Devemos começar por aqui. Esta não é a primeira morte em recontros entre polícia e residentes nos bairros de Lisboa. Como disse Isaltino de Moraes, Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, quando esteve presente no velório de Odair Moniz, ele estava ali presente porque aquilo podia também acontecer no seu concelho.

O que efetivamente aconteceu naquela madrugada trágica continua por esclarecer cabalmente e só as investigações em curso poderão iluminar.

Podemos, contudo, imaginar a partir deste episódio um quadro de mal-estar entre polícias e cidadãos que não podemos aceitar como situação normal. Nem um cidadão pode ter receio de ser parado por uma patrulha da polícia nem a polícia pode ter medo de um encontro com um cidadão.

A confiança recíproca entre polícias e cidadãos ou a falta dela é o resultado sistémico da interação que no tempo a polícia e as comunidades constroem.

Bairros como aquele em que a tragédia

ocorreu não são pedaços de paraíso e seria ingénuo pensar que não albergam estilos de vida marginais. Mas é sempre um erro tomar a parte pelo todo e pensar que os bairros são realidades homogêneas e em que não há quem procure uma vida com a normalidade possível. Os erros crassos do policiamento baseado numa cultura de desconfiança levam a destruir pontes com as comunidades e a desvalorizar as suas dinâmicas mais saudáveis. Além disso, abandonam todos aqueles que podiam ser aliados da construção de um clima social mais positivo.

Nada disto quer dizer que se devam desvalorizar os problemas de segurança quando eles existem. Nem se põe em causa a necessidade de um policiamento proporcional às ameaças. Mas há que refletir sobre a adequação dos modelos de policiamento. Se há lugar, como prevê a Lei N° 38/2009, a que “as forças e os serviços de segurança desenvolvem, em zonas urbanas sensíveis e no âmbito de estratégias integradas de prevenção e intervenção, ações regulares de policiamento reforçado, com recurso a meios especiais de polícia”, estas não podem ocupar o espaço do policiamento nos bairros.

O bom policiamento não pode prescindir do diálogo entre forças de segurança e comunidade, que torna mais eficaz e compreensível o uso da força quando necessário e constrói as bases de uma relação que permite que ele não se torne desproporcionado nem abusivo.

A importância dos vínculos comunitários não é nova nem desconhecida. Há décadas que surgiram os primeiros contratos locais

de segurança. São conhecidos casos de boas práticas de relacionamento comunitário estimuladas por chefias policiais. Há vários programas de policiamento especial com provas dadas, como é o caso da escola segura.

O anterior governo deu dignidade de Resolução de Conselho de Ministros à Estratégia Integrada de Segurança Urbana (ver a Resolução do Conselho de Ministros N° 91/2023), mas com a mudança de governo este quadro integrado e pluridimensional parece ter ficado no tinteiro.

Este governo tem dado outros sinais inopinados de desvalorização da intervenção comunitária. O fim inopinado do programa dos Bairros Saudáveis vale por toda essa distração.

Mas, se quisermos evitar que o clima de segurança nos bairros se degrade, temos de ter presente que os primeiros interessados na segurança dos bairros são os cidadãos que neles vivem e que quebrando pontes com as comunidades ali residentes se torna mais difícil o que se pretende.

É certo que os tempos vão favoráveis a slogans tonitruantes, mesmo que eles agravem os problemas em vez de os ajudarem a resolver. Mas está errado quem pensa que a segurança se constroi com base no medo.

Oxalá nos auxiliemos uns aos outros a vencer o medo que conduz a mortes como a de Odair Moniz. E para isso, finalmente, é essencial não apenas que os fatores que se reuniram na tragédia se não repitam, como que seja garantida justiça a todos os envolvidos, para que não caia um manto de suspeição e dúvida sobre o que aconteceu.

HENRIQUE RODRIGUES*Presidente do Centro Social de Ermesinde*

Mediação social

1 – Os Contratos Colectivos de Trabalho em vigor no âmbito das Instituições Particulares de Solidariedade Social consagram a profissão de mediador sócio-cultural, que tem como “função colaborar na integração de imigrantes e minorias étnicas, na perspectiva do reforço do diálogo intercultural e da coesão e inclusão sociais, para tal colaborando na resolução de conflitos sócio-culturais e na definição de estratégias de intervenção social, colaborando activamente com todos os intervenientes dos processos de intervenção social e educativa, facilitando a comunicação entre profissionais e utentes de origem cultural diferente, assessorando os utentes na relação com profissionais e serviços públicos e privados, promovendo a inclusão de cidadãos de diferentes origens sociais e culturais em igualdade de condições.”

A inclusão desta profissão nos Contratos Colectivos de Trabalho deveu-se ao facto de muitas Instituições Particulares de Solidariedade Social disporem nos seus quadros de pessoal de trabalhadores com esta formação, desenvolvendo as suas funções no sentido de promover a inclusão de pessoas pertencentes a minorias étnicas ou sociais, preservando o diálogo intercultural a que se refere a descrição de funções constante do CCT.

Esta previsão constante da contratação colectiva chama a atenção para uma realidade que muitas vezes não é associada aos diversos trabalhos e domínios em que estamos habituados a ver as IPSS assegurarem o acolhimento dos grupos mais vulneráveis da população.

Na verdade, embora a percepção pública não acompanhe a dinâmica do trabalho das IPSS, é cada vez mais generalizado o reconhecimento de que a estrutura que, em Portugal, assegura o sistema de protecção social é constituída pela rede de Instituições Solidárias, que, da aldeia mais recôndita de Trás-os-Montes até às Fajãs da Ilha das Flores, numa rede minuciosa e capilar, está atenta às necessidades e à esperança dos mais pobres, dos mais desfavorecidos ou dos mais indefesos.

Na verdade, hoje é do conhecimento geral que o acolhimento das crianças em creche, a fim de conciliar a vida profissional com a vida familiar dos pais, é na grande maioria assegurado pelas IPSS; e

o mesmo acontece com os lares, os centros de dia ou o serviço de apoio domiciliário para os mais velhos; podendo dizer-se o mesmo dos equipamentos e serviços voltados para as pessoas com deficiência, em que as IPSS asseguram praticamente a totalidade das respostas existentes – como também sucede relativamente às crianças e jovens em risco.

Mas “há mais mundos”, como diria José Régio.

Para além dessas respostas sociais mais tipificadas, e que constituem uma espécie de sistema organizado territorialmente, o Sector Social – onde avultam as IPSS – assegura a mediação sociocultural nos territórios mais sensíveis e mais marginalizados.

É também por isso que foi às associações representativas dos moradores dos bairros sociais da Grande Lisboa – IPSS, Associações de Moradores ... - que o Governo recorreu para tentar esbater a tensão que se gerou nesses mesmos bairros e abrandar os efeitos da indignação que se seguiu à morte, às mãos da polícia, de um habitante do Bairro do Zambujal, em Loures, chamado Odair Moniz.

Trata-se do reconhecimento do papel de mediação que tais organizações desempenham, aí onde falta a intervenção dos serviços públicos que garantam a satisfação das necessidades básicas dos moradores, “promovendo a inclusão de cidadãos de diferentes origens sociais e culturais em igualdade de condições” (para citar de novo a descrição das funções dos mediadores socioculturais,)

Como foi referido a propósito de incidentes em alguns desses bairros, o único contacto que alguns deles conhecem com os serviços do Estado é a polícia de choque.

(E também as ameaças de despejo dos bairros municipais, como veio a verificar-se no rescaldo dos incidentes)

2 – Escolho da descrição de funções de mediador sociocultural acima citada o seguinte segmento: “assessorando os utentes na relação com profissionais e serviços públicos e privados.”

Quer dizer, cabe aos mediadores socioculturais e às Instituições que os integram assegurar uma espécie de acompanhamento tutorial – como têm os alunos nos colégios caros -, no sentido de tomar sob a sua responsabilidade o acesso aos direitos

conferidos à população em geral, em benefício de quem deles é excluído, por sistema ou por acinte.

Na verdade, essa assessoria, isto é, o acompanhamento de proximidade dos membros das minorias desguarnecidas da protecção pública, constitui um veículo seguro para o acesso aos serviços públicos essenciais.

Pode até constituir também uma protecção contra ataques à integridade física ou à própria vida.

Hoje, dia em que escrevo a crónica, 3 de Novembro, o jornal “Público” reconstitui, numa extensa e fundamentada peça, a detenção pela PSP de dois contramanifestantes numa manifestação do Chega, de 29 de Setembro – em que terão proclamado palavras de ordem como “fascismo nunca mais”, tendo sido nesse contexto agredidos por elementos que integravam a manifestação do partido da extrema-direita.

A peça tem o título “Anatomia de uma detenção pela PSP” e relata a detenção dos contramanifestantes agredidos e a indulgência perante os manifestantes agressores.

Há mais de 20 anos, Alberto Costa, então Ministro da Administração Interna, perante actuação desproporcionada da PSP, declarava: “Esta não é a minha polícia.”

Parece que continua a não ser – como a própria Ministra da Administração Interna sugere!

3 – Disso não tenho dúvidas. Amanhã, dia 5 de Novembro, voto Kamala Harris.

A propósito, quer de dúvidas, quer da necessidade de cortar as cabeças da hidra, aqui fica um breve poema de David Mourão-Ferreira:

“No alto da colina apenas a coluna
E a manhã decapita as cabeças da hidra
Mas vão todas gritando ao cair uma a uma
A dúvida ou a vida A dúvida ou a vida

Se regressas ao ponto em que estava a coluna
Vês somente no chão as cabeças da hidra
E decifras agora ao vê-las uma a uma
A dúvida é a vida A dúvida é a vida”

URIPSSA PEDE ATENÇÃO À SITUAÇÃO REMUNERATÓRIA DOS TRABALHADORES

Sector Social Solidário dos Açores subscreve Acordo de Parceria Estratégica 2023/2028

Sob o lema de «Rendimento, Sustentabilidade e Crescimento», a União das IPSS dos Açores (URIPSSA) juntou-se ao Governo Regional dos Açores e demais parceiros no Acordo de Parceria Estratégica 2023/2028, agora já com a contribuição dos representantes do Sector Social Solidário.

Dos contributos dados, URIPSSA e URMA (União Regional das Misericórdias dos Açores) consideram “importante”

que tenha ficado contemplado questões como a continuação das IPSS como parceiras privilegiadas nas creches, a implementação do plano de investimentos da Região, que prevê 42 investimentos nas áreas de apoio à Infância e Juventude, apoio à Família, Comunidade e Serviços, apoio aos públicos com necessidades especiais e apoio a idosos, “através dos parceiros



naturais que são as IPSS e Misericórdias”, o programa «Novos Idosos», ou o Programa GERMOV, “um sucesso no apoio à renovação do parque automóvel das IPSS”.

Na sua intervenção na cerimónia de assinatura, João Canedo, presidente da URIPSSA,

lembrou que é necessário “desenvolver estratégias para se melhorar as remunerações de todos os trabalhadores das IPSS e Misericórdias dos Açores”, congratulando-se com a prossecução da política da creche gratuita e da promoção do médico de família para todos os açorianos até 2026 e “gostaríamos também de ver incluídos os utentes das ERPI, Lares Residenciais e Lares de Acolhimento de Jovens e Crianças”.

João Canedo sublinhou que “é uma necessidade imperiosa a promoção de um plano de transição digital para as IPSS, no sentido de melhorar a eficiência das instituições”, tal como “efetuar um estudo para apurar o custo médio real de todas as valências do sector social para, em consequência, criar mecanismos que promovam a sua sustentabilidade financeira”.

PROJETOS SOCIAIS DE 55 INSTITUIÇÕES DISTINGUIDOS

Prémios BPI Solidário e Capacitar distribuem mais de 2,2 milhões de euros

Na sua 9ª edição, o Prémio BPI Solidário distinguiu 27 organizações responsáveis por respostas sociais a pessoas em situação de vulnerabilidade. Apoio a habitação de emergência para pessoas em situação de sem-abrigo; programas de meditação e yoga em estabelecimentos prisionais; criação de oportunidades de integração laboral em negócio social de produção de pigmentos naturais; e programas de capacitação e educação para mães desempregadas e migrantes em situação vulnerável são alguns dos objetivos do prémio.

Os 27 projetos sociais vão receber um apoio global de 1.130.450 euros, com as candidaturas vencedoras a receberem, em média, cerca de 42 mil euros e vão apoiar diretamente quase três mil pessoas em situação vulnerável. Entre os beneficiários dos projetos encontram-se pessoas em situação de sem abrigo, vítimas de violência, pessoas com trajetos de conflito com a lei penal, migrantes ou refugiados, assim como famílias com crianças.

Os projetos distinguidos no Prémio BPI Fundação «la Caixa» Solidário 2024 são: Drive Impact CRL; Associação Auxílio e Amizade; CAIS - Associação de Solidariedade Social; Massive Particle - Associação (Associação Live With Earth); Associação Girlmove Portugal; Chapitô - Colectividade Cultural e Recreativa de Santa Catarina; GAT - Grupo de Ativistas em Tratamentos; Fundação AJU - Jerónimo Usera; Animalife - Associação de Sensibilização e Apoio Social e Ambiental; Associação Humanidades; ABRAÇO - Associação de Apoio a Pessoas com VIH/SIDA; MEERU | Abrir Caminho; Espaço t - Associação Para o apoio à Integração Social e Comunitária; Acessível Êxito Associação; Associação Sójovem das Saibreiras; Associação Dignitude; Fios e Desafios - Associação de



Apoio Integrado à Família; ALMAZ – Associação Holística em Meio Prisional; Associação de Albergues Nocturnos do Porto; Associação Cristã Evangélica de Apoio Social; Associação Just a Change; Associação A4 - Acolher, Aceitar, Agir, Adaptar; Cruz Vermelha Portuguesa Delegação de Barcelos; Associação Entre Famílias; Centro Paroquial e Social do Salvador; STC - Associação Serve the City Portugal; Associação das Mulheres Aguiarenses Empreendedoras.

Por outro lado, foram igualmente distinguidos 28 projetos no âmbito da 15ª edição do Prémio BPI Capacitar.

O Prémio Capacitar resulta de uma iniciativa conjunta do BPI e da Fundação «la Caixa», que financiam com 1,1 milhões de euros os projetos distinguidos. O objetivo é o de apoiar respostas sociais dirigidas a pessoas com deficiência, doença mental ou outras doenças, bem como às suas famílias, com especial atenção para iniciativas que promovam a autonomia, a empregabilidade e o bem-estar.

As 28 entidades cujos projetos sociais foram distinguidos pelo Prémio BPI Capacitar 2024 são: AbundantQuotidian Associação; ACAPO

- Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal; Casa de Saúde do Telhal; Associação Cabra Cega; Associação Novamente; Comunidade Vida e Paz; EMDIIP - Equipa móvel de desenvolvimento infantil e intervenção precoce; RD-Portugal, União das Associações das Doenças Raras de Portugal; Fundação do Gil; Lisbon Institute of Global Mental Health; APCB - Associação de Paralisia Cerebral de Braga; CERCIBraga; MUSA - Associação Artística e de Intervenção Social; Associação Recreativa Cultural e Social de Silveirinhos; Abrigo Seguro - Associação de Solidariedade Social; Compassio - Associação para a construção de comunidades compassivas; Teia D'impulsos - Associação Social Cultural e Desportiva; Amigos dos Pequenininhos; APPDA Setúbal; ANPAR - Associação Nacional de Pais e Amigos Rett; Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande; Leque - Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Necessidades Especiais; CerciExtremoz; Cercipom; AFARAM - Associação de Familiares e Amigos do Doente Mental da Região Autónoma da Madeira; Centro de Recuperação Infantil de Ponte de Sôr; APPACDM de Valpaços; APPACDM Viseu.

VII ENCONTRO DISTRITAL DE IPSS DA GUARDA

Ministra da Solidariedade defende que “ao Estado não cabe inventar, mas apoiar”

A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Maria do Rosário Ramalho, encerrou o VII Encontro Distrital de IPSS da Guarda, que decorreu, no passado dia 11 de outubro, no auditório do Instituto Politécnico da Guarda, subordinado ao tema «Sector Social e Interioridade», começando por dizer que “tudo é mais grave no interior”.

“Há desertificação junta-se um envelhecimento mais acelerado, o que gera algum desgaste nas IPSS e nos seus trabalhadores por uma razão muito simples, há uma crescente procura de respostas sociais e não houve uma atualização dos valores dessas mesmas respostas”, sustentou.

Maria do Rosário Ramalho enfatizou a ideia de que “o Sector Social Solidário é o parceiro privilegiado do Estado, porque é quem está mais próximo das pessoas” e asseverou que “ao Estado não cabe inventar, mas apoiar”.

Sublinhando que o “Governo vai dar atenção à situação dos trabalhadores”, numa referência aos valores remuneratórios, a ministra defendeu que “as IPSS não são devidamente valorizadas, mas têm um papel essencial na ação social e na economia social”.

Depois, enumerou um conjunto de iniciativas já tomadas pelo Executivo que integra, destacando a preparação de uma Lei de Financiamento do Sector Social Solidário.

“Faltava fazer um levantamento rigoroso das respostas sociais para se conhecer as necessidades, por isso criámos um grupo de trabalho que mapeou o território e avaliou as necessidades. Este estudo serve ainda para trabalhar a Lei de Financiamento para que haja alguma previsibilidade na gestão das instituições. Por outro lado, há um grupo de trabalho a fazer a avaliação das respostas sociais e da respetiva comparticipação”, afirmou a governante, rematando: “Esta é uma área absolutamente prioritária e o governo reconhece o trabalho das IPSS e pretende apoiá-lo”.

Antes, na sessão de abertura, já o presidente da CNIS afirmara que “o país não é todo igual, no interior as famílias têm menos capacidade de participar, as distâncias são muito grandes e, por isso, estamos a insistir nas negociações que o país não é todo igual, pelo que é importante que a participação do Estado tem de ter em conta que este é um distrito pobre”.

Para o padre Lino Maia, o significado de existirem IPSS no país e na Guarda é “haver menos pobreza e menos pessoas a ficar para trás e haver mais trabalhadores e mais pessoas incluídas”.

“Confrontamo-nos sempre com dificuldades com a sustentabilidade, mas espero que se instale entre nós um ambiente de esperança, porque neste momento noto boa vontade do lado do Estado em contribuir para este sector”, disse, revelando: “Já começámos as negociações para o próximo ano, o que é muito bom, porque precisamos de previsibilidade. Assim, antes de 31 de janeiro já vamos saber com que linhas nos vamos coser”.

Na sua intervenção, o líder da CNIS evocou



ainda a memória do padre Vergílio Ardérius, falecido em 2023, que presidiu à União Distrital das IPSS da Guarda (UDIPSS) e foi um motor da solidariedade social no distrito.

Rui Reis, presidente da UDIPSS Guarda, lembrou que “em concelhos de baixa densidade, onde o Estado ou o setor social lucrativo não estão, são as IPSS ou equiparadas (presentes em 70% das freguesias) que resistem”, sublinhando que, “frequentemente, são mesmo quem mais emprega, fortalecendo igualmente os laços comunitários e a participação”.

“O Sector Social Solidário na Guarda está consolidado no terreno e sem ele as desigualdades e assimetrias seriam bem mais acentuadas e muito mais pessoas ficariam para trás sem qualquer apoio e proteção social e sem possibilidades de uma vida mais inclusiva e melhor”, sustentou Rui Reis.

Carlos Camejo Martins, diretor do Centro Distrital da Segurança Social da Guarda, reafirmou “o compromisso de continuar a trabalhar com todas as IPSS para dar resposta à sua sustentabilidade e às diversas problemáticas”, das quais destacou, “para além do envelhecimento e da doença mental”, “a pobreza infantil e o acolhimento familiar de crianças em situação de vulnerabilidade” e ainda “a imigração e a sua integração”, tudo “desafios que requerem atenção redobrada”.

Também o edil da Guarda, Sérgio Santos Costa, assegurou que “o compromisso da autarquia com as IPSS é inabalável e unidos serão ultrapassados todos os desafios”.

Antes do vice-presidente da CNIS, Eleutério Alves, abordar a temática da «Sustentabilidade», o bispo da Guarda, D. Manuel Felício, de forma irónica, destacara que “o subfinanciamento tem vindo a diminuir e já só faltam 12% para se atingir o mínimo ideal da comparticipação do Estado”, sublinhando que as IPSS fazem autênticos milagres, em especial nos territórios onde as pessoas são cada vez menos.

Para este VII Encontro, a União da Guarda convidou as suas congéneres de Bragança e Castelo Branco, também elas de territórios que sofrem da interioridade, para darem testemunho disso mesmo.

Nuno Santos, da UIPSSD Bragança, lembrou a que apesar da “debilidade demográfica, da geografia dispersa ou da realidade económico-social com algumas carências, as IPSS estão lá”, alertando que “há instituições em risco de fechar portas”.

Rejeitando o “modelo baseado em números e não na qualidade dos serviços”, o “modelo gerenciado por máquinas, como o Procoop” e os “modelos burocraticamente intensos”, Nuno Santos rematou: “Só há um modelo que serve e é o Modelo Humanizador. Por isso, precisamos de criar modelos realistas, que respondam às necessidades e às características específicas dos nossos territórios”.

Rui Reis, por seu turno, lembrou que foi elaborado um documento com as dificuldades do distrito para entregar à ministra, frisou que “uma das formas de combater os fracos recursos é unir esforços, partilhando serviços e olhar para isto como uma cadeia de proteção”, lembrando que “já há distritos a fazê-lo”.

Já Maria Alcina Cerdeira, presidente da UDIPSS Castelo Branco, começou por dizer que “as respostas existentes hoje já não servem”, mas “há muitas oportunidades”: “Temos o maior índice de longevidade e, por isso, temos de apostar na qualidade de vida. Para tal, é preciso encontrar novos caminhos”.

A fechar as intervenções do VII Encontro Distrital de IPSS da Guarda, Maria João Quintela, presidente da Associação Portuguesa de Psicogerontologia, abordou as «Problemáticas do envelhecimento e Saúde Mental», uma apresentação que ficou a meio perante a chegada da representante do governo.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



SERVIÇOS PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO COLETIVA



RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALIMENTAR



SEGURANÇA HUMANA E ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E INCENTIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

TAXA DE RISCO DE POBREZA

Portugal tem 2,1 milhões de pobres

Os pobres em Portugal estão mais pobres, segundo uma análise da Pordata, que destaca uma subida da taxa de risco de pobreza pela primeira vez em sete anos, ao passar de 16,4% em 2021 para 17% em 2022.

Foi no grupo de crianças e jovens que a taxa de risco de pobreza mais se agravou, bem como nas famílias com crianças dependentes, refere a Pordata, em comunicado, sublinhando “o maior aumento da taxa de intensidade de pobreza da última década”.

“Olhando para a intensidade de pobreza, verifica-se o maior aumento desde 2012, de 3,9 pontos percentuais, situando-se nos 25,6% em 2022 (21,7% em 2021)”, observaram os técnicos da base de dados da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

A taxa de intensidade de pobreza mede a distância do rendimento mediano da população em risco de pobreza, face ao valor do limiar da pobreza, ou seja, a profundidade da pobreza.

“Em Portugal, metade dos pobres tinham, em 2022, um rendimento monetário disponível 25,6% abaixo da linha de pobreza e esta

profundidade aumentou face a 2021”, lê-se no documento divulgado pela Pordata, no Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza.

Um em cada 10 trabalhadores é pobre, o que deve ser encarado como “um fator de preocupação”. A incidência da pobreza no grupo dos desempregados, que tinha diminuído entre 2020 e 2021, voltou a subir: 3,3 pontos percentuais, face a 2021. De acordo com a Pordata, trata-se de “uma das subidas mais elevadas da última década”, com exceção do ano de pandemia.

Numa análise à evolução da pobreza e fatores associados, a Pordata sublinhou também que em 2023, Portugal viu mais do que duplicar o preço de compra das casas, comparativamente a 2015, muito acima do valor registado a nível da União Europeia, de 48%. “Confrontando este aumento com a variação da remuneração média dos trabalhadores por conta de outrem, verificamos que, face a 2015, os salários em Portugal aumentaram 35%, muito aquém do aumento de 105% das casas”, constataram os estatísticos.

Quase 40% da população vive em agregados sem capacidade para substituir mobiliário ou pagar uma semana de férias. Da mesma forma, 30,5% da população não tem capacidade para fazer face a uma despesa inesperada, sem recorrer a empréstimo.

A avaliação da Pordata teve por base os dados mais recentes disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). O conforto térmico das habitações continua a ser um ponto crítico, uma vez que no contexto europeu, Portugal se destaca pela negativa, reportando, a par de Espanha, “a mais elevada proporção” de pessoas a viver em agregados sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida: 20,8%, ou seja, uma em cada cinco pessoas. No extremo oposto do ranking europeu está o Luxemburgo, onde apenas 2,1% dos habitantes reportam esta dificuldade económica. Quase um terço das famílias monoparentais com crianças dependentes vive com menos de 591 euros por mês.

Portugal tem 2,1 milhões de pobres.

TSR Excelência e Experiência desde 1995

Soluções de Software Inovadoras para IPSS na Economia Social

29 anos de liderança tecnológica, oferecendo ferramentas avançadas para instituições de solidariedade.

Assistência técnica especializada

Mais de **900 parcerias** de sucesso

Mais de **40 soluções** personalizadas

Compromisso com a satisfação total e suporte dedicado

Descubra a diferença com uma demonstração gratuita

Transforme a sua gestão com a TSR

Acesso em qualquer lugar e informações interligadas

tsr PI
Plataforma Integrada WEB

Utentes

Caixas e Pagamentos e Fornecedores

Bancos

Qualidade 3ª Idade

Rendas

Qualidade Infância e Juventude

Associados Irmãos

saiba mais em tsr.pt

+351 253 408 326
+351 939 729 729
[tsr@tsr.pt](http://tsr.pt)

RELATÓRIO DA REVISTA CIENTÍFICA THE LANCET

Aumentam as ameaças à saúde causadas pelas alterações climáticas

Especialistas internacionais alertam que as ameaças à saúde causadas pelas alterações climáticas continuam a bater recordes, insistindo na transição rápida de uma economia baseada em combustíveis fósseis para uma com emissões zero. No relatório Countdown on Health and Climate Change 2024 da revista científica The Lancet, que contou com o trabalho de mais de 120 especialistas académicos e de agências das Nações Unidas, assinala-se que os últimos dados mostram que “atingiram novos recordes preocupantes” 10 dos 15 indicadores sobre os perigos e impactos das alterações climáticas relacionados com a saúde.

Os autores do relatório pedem “que os milhões de biliões de dólares gastos no financiamento de combustíveis fósseis sejam redirecionados e usados para impulsionar uma transição rápida e justa para uma economia com emissão zero de gases de efeito estufa (GEE), em vez de se prejudicar a saúde de pessoas em todo o mundo.

Em 2023, “o ano mais quente já registado”, as pessoas “foram expostas, em média, a mais 50 dias de temperaturas perigosas para a saúde”, refere o documento.

O relatório precisa que “a mortalidade relacionada com o calor das pessoas com mais de 65 anos aumentou 167% em comparação com os anos 1990”, acrescentando que a exposição a temperaturas altas também afeta a atividade física e a qualidade do sono -- em 2023 as horas de sono diminuíram 6%, em comparação com a média entre 1986 e 2005 -, com consequências na saúde física e mental.

Adianta que durante a década 2014-2023, se registou um aumento dos dias de “precipitação extrema” em 61% da área terrestre mundial, em comparação com a média da de 1961-1990, situação que faz aumentar o risco de inundações e de propagação de doenças infecciosas, enquanto em

2023 “a seca extrema afetou 48% da área terrestre global - o segundo maior nível registado”. “A maior frequência de ondas de calor e secas” levou a que “mais 151 milhões de pessoas sofressem de insegurança alimentar moderada ou grave em 124 países em 2022”.

A produtividade também é afetada e, em 2023, a exposição ao calor levou a uma “perda recorde de 512 mil milhões de horas de trabalho potenciais”, equivalente a um eventual prejuízo de 835 mil milhões de dólares (771,9 mil milhões de euros) de rendimento a nível mundial. “Mais uma vez, no ano passado, foram batidos recordes devido às mudanças climáticas --- com ondas de calor extremas (...), incêndios florestais devastadores, que afetam pessoas em todo o mundo. Nenhum indivíduo ou economia no planeta está imune às ameaças para a saúde das alterações climáticas. A persistente expansão dos combustíveis fósseis e as emissões recorde de gases com efeito estufa agravam esses efeitos perigosos para a saúde e ameaçam reverter o progresso limitado feito até agora e deixar ainda mais fora do alcance um futuro saudável”, refere Marina Romanello, diretora executiva do Lancet Countdown na University College London, citada no comunicado de divulgação do relatório. “Reorientar os trilhões de dólares que estão a ser investidos ou a subsidiar anualmente a indústria de combustíveis fósseis permitiria realizar uma transição justa e equitativa para uma energia limpa e mais eficiente, bem como um futuro mais saudável, o que beneficiaria, em última análise, a economia global”, acrescenta.

Segundo a análise, as perdas económicas médias anuais causadas por fenómenos climáticos extremos aumentaram 23%, se forem comparados os períodos de 2010 a 2014 e 2019 a 2023, totalizando 227 mil milhões de dólares (209,8 mil milhões de

euros), “maior que o produto interno bruto (PIB) de cerca de 60% das economias em todo o mundo”.

Ainda assim, novos indicadores “revelam que governos e empresas continuam a ‘atizar o fogo’ com investimentos persistentes em combustíveis fósseis”. “Enquanto a ação climática é limitada pela falta de financiamento, em 2023 o investimento em combustíveis fósseis ainda atraiu 36,6% do investimento global em energia, com muitos governos a aumentarem os subsídios específicos para os combustíveis fósseis em resposta aos altos preços da energia após a invasão da Ucrânia pela Rússia”.

As emissões recorde de GEE e a “perda impressionante” de árvores reduzem as “probabilidades de sobrevivência de pessoas em todo o mundo”, avisam os especialistas.

Um relatório divulgado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) indica que os níveis dos três principais gases com efeito de estufa que contribuem para o aquecimento global - dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄) e óxido nitroso (N₂O) - voltaram a aumentar no ano passado.

O trabalho divulgado pela Lancet calcula, por outro lado, que “quase 182 milhões de hectares de floresta foram destruídos entre 2016 e 2022, o equivalente a 5% da cobertura florestal mundial, diminuindo a capacidade natural do mundo de capturar dióxido de carbono”.

As perdas maiores registaram-se na Rússia (35,8 milhões de hectares), nos Estados Unidos e no Canadá (quase 15 milhões em cada um). “As empresas de petróleo e gás --- apoiadas por muitos governos e pelo sistema financeiro global --- continuam a reforçar o vício mundial de combustíveis fósseis. Num mundo em que a sobrevivência depende da eliminação gradual dos combustíveis fósseis”, diz Stella Hartinger, coautora do relatório e diretora da Lancet Countdown na Universidade Peruana Cayetano Herédia.

Anthony Costello, copresidente do Lancet Countdown, insiste na necessidade de “uma transformação global dos sistemas financeiros”. “Para uma reforma bem-sucedida, a saúde das pessoas deve estar no centro de uma política dirigida à mudança climática, para garantir que os mecanismos de financiamento protejam o bem-estar, reduzam as desigualdades e maximizem os ganhos em saúde, especialmente no caso dos países e comunidades que mais precisam”.

Costello adianta que a próxima cimeira das Nações Unidas sobre o clima (COP29), que vai decorrer entre 11 e 22 de novembro em Baku, no Azerbaijão, constitui mais uma oportunidade para instar a que seja seguido o referido caminho.

A propósito da publicação do relatório, o secretário-geral da ONU, António Guterres, declarou: “Emissões recorde representam ameaças recorde à nossa saúde. Devemos curar a doença da inação climática -- cortando emissões, protegendo as pessoas de situações climáticas extremas e acabando com o nosso vício de combustíveis fósseis -- para criar um futuro mais justo, seguro e saudável para todos”.

DR



JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



Como passámos a gostar de “contas certas” e ficámos intolerantes à inflação

Em Portugal nunca escasseou espaço ou auditório para os nacional-pessimismos e para os nacional-derrotismos. Na verdade, sempre tivemos grande disponibilidade para a autoflagelação e para nos considerarmos como um caso mais ou menos perdido, sem remédio visível.

Nesse quadro de generalizada autodepreciação, quando a crise das dívidas soberanas nos bateu à porta, em 2010/2011, foi muito fácil vender aos portugueses a narrativa do país gastador compulsivo, incapaz de se governar e a precisar de um par de açoites para aprender.

Essa narrativa era completamente falsa embora fosse, porventura, incontornável para convencer os eleitores dos países do centro e norte da Europa (Alemanha, nomeadamente) da necessidade de resgatar os “desgovernados” do Sul.

Como português senti-me humilhado pelo memorandum que nos obrigaram a assinar em estado de necessidade. Mas o que mais me custou foi ver como o governo da altura aceitou e ampliou a narrativa de uma culpa coletiva (rotundamente falsa!) que reclamava uma expiação exemplar.

Mas como diz a cantiga do Fausto “atrás dos tempos, vêm tempos e outros tempos hão-de vir”.

Desde os tempos da crise de dívida soberana e da intervenção da troika muita água correu debaixo das pontes, vivemos uma pandemia e muita coisa mudou em Portugal. Gostaria de me referir a dois aspetos em que mudámos significativamente e, tanto quanto consigo ver, para melhor. Refiro-me concretamente à nossa recente afeição pelas chamadas “contas certas” e à intransigente intolerância à inflação.

Portugal sempre correu orçamentos deficitários desde que passámos a viver em democracia. De alguma forma tornou-se um hábito. Nunca foi particularmente constrangedor para qualquer governo apresentar um orçamento deficitário, nunca foi necessária grande eloquência para defender a necessidade do déficit ou mesmo, aqui e ali, apelar para o carácter virtuoso do mesmo, e, verdade seja dita, a opinião pública não dava grande importância ao assunto. Claro que umas quantas vezes mais austeras iam lembrando que os déficits públicos são, para todos os efeitos, dívidas que um dia terão de ser pagas, que não é prudente acumular dívidas públicas para lá de certo limite, que o custo do financiamento, quer ao Estado quer à

economia, pode ficar proibitivo, etc.

Contudo, a verdade é que o putativo equilíbrio das contas públicas não era a primeira das preocupações dos portugueses.

Durante os anos da troika os déficits públicos foram enormes, contudo, a partir de 2015 as finanças públicas portuguesas encetaram um processo de recuperação notável ao ponto de em 2018 se ter conseguido um quase equilíbrio orçamental. Em 2019 registou-se o primeiro excedente das contas públicas desde que vivemos em democracia.

Seguiram-se os anos da pandemia e, naturalmente, as contas públicas voltaram ao vermelho, contudo, em 2022 tínhamos regressado ao quase equilíbrio e em 2023 e 2024 voltámos aos excedentes.

A expressão que se vulgarizou para descrever este “novo normal” foi “as contas certas”.

A verdade é que, sem nos darmos conta, o paradigma mudou. Atualmente seria muito difícil a um qualquer governo apresentar e justificar um orçamento deficitário, um orçamento sem “as contas certas”.

Naturalmente que no futuro não faltarão situações em que as contas públicas haverão de voltar a escrever-se a vermelho. Uma nova pandemia, uma crise económica internacional, uma catástrofe natural ou situações que nem sequer podemos nomear e menos ainda antever, haverão de nos obrigar a correr de novo déficits nas contas do estado.

O que mudou não foi a impossibilidade de correr déficits, eles ocorrerão sempre – o que mudou é que, no futuro, as situações de déficit terão de ser muito bem justificadas perante a opinião pública e, talvez mais importante, a mesma opinião pública exigirá a correção dos saldos negativos em devido tempo. Os déficits passaram a ser a anormalidade e não a rotina. E isso é bom!

Se as previsões do FMI se mostrarem acertadas, em 2029 Portugal terá um ratio dívida/PIB de 77% e terá deixado para trás países como a Finlândia, a Espanha, a França, a Bélgica, a Grécia e a Itália.

O segundo aspeto de mudança a que gostaria de abordar é a intolerância geral à inflação.

O surto inflacionista de 2021/2022 foi uma experiência nova para a esmagadora maioria da população. São relativamente poucos os que têm memória do ciclo inflacionista dos anos 70/80 do século passado.

Para muitos foi uma experiência simultaneamente nova e amarga.

Podemos racionalmente fazer um esforço para compreender e aceitar algumas subidas de preços. Podemos estar de acordo em que as subidas de preços resultaram inicialmente de deslocamentos e desencontros entre oferta e procura em consequência da pandemia. Na altura em que estávamos confinados em casa a procura deslocou-se dos serviços que não podíamos consumir (restaurantes, viagens, etc.) para as mercadorias cujos preços obviamente subiram. A guerra na Ucrânia só agravou as coisas com o encarecimento brutal das matérias primas energéticas.

Contudo, isto é apenas uma parte da história, a parte que a economia pode explicar. Muitas empresas aproveitaram a situação para subir os preços muito para além dos aumentos dos custos (a chamada inflação pela ganância), outras preferiram não mexer nos preços mas reduziram as doses de produto por embalagem (Shrinkflation, no jargão anglo-saxónico).

Sem dúvida que a inflação é um mal terrível que deve ser evitado a todo o custo. Podemos eventualmente ter a visão diletante que se os preços subirem 5% e os salários subirem na mesma ordem de grandeza não é o fim do mundo – o poder real de compra é constante.

Mas esta visão ingénuas é um erro. A inflação é o mais injusto dos impostos, o que mais prejudica os mais frágeis da sociedade. Podemos ver a inflação como uma luta de todos contra todos pela repartição do bolo económico, luta onde os mais frágeis perdem sempre. É, por isso, que costume dizer que a inflação é não só um problema económico, é também um problema moral.

É minha convicção que a experiência inflacionista de 2021/2022 deixou marcas profundas nas pessoas que perceberam que, para além daquilo que a economia até certo ponto pode explicar, existe um lado moral inaceitável nos processos inflacionistas e que é intolerável.

Assim como duvido que um qualquer partido político possa doravante ganhar eleições sem prometer retidão orçamental, sem se mostrar um fervoroso adepto das “contas certas”, também não acredito que seja possível voltar a ganhar a preferência do eleitorado sem uma atitude de total intolerância em relação à inflação.

Sem dúvida, dois desenvolvimentos positivos.



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚛

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🧴

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



Viva o Outono!

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

JOÃO CARVALHO, INVESTIGADOR DO ISCTE

Imigrantes ilegais na Europa são menos de um por cento

Um estudo de vários investigadores concluiu que os imigrantes ilegais na Europa correspondem a menos de 1% do total da população e o número tem-se mantido estável ao longo dos anos.

Na Europa, há uma “expectativa de que a imigração irregular está sempre a aumentar, fruto dos desembarques nas costas mediterrânicas”, mas essa ideia que se criou “não parece corresponder à realidade”, afirmou João Carvalho, investigador do ISCTE, especialista em migrações, mobilidade e etnicidade, que integra o projeto europeu MirreM, que mede a imigração irregular.

Em 2008 foi feito um estudo semelhante e a conclusão é que “a dimensão da população irregular é mais ou menos a mesma. Até agora apresentou-se como estável e não há um crescimento desproporcional relativamente aos outros fluxos migratórios”, afirmou João Carvalho.

Os dados apontam para um número que oscila entre os 2,6 a 3,2 milhões de ilegais nos 12 países europeus estudados, o que representa 0,6% a 0,8% da população total.

Esta proporção fica muito abaixo da média de países como os Estados Unidos, onde os 11 milhões de imigrantes ilegais correspondem a 3,5% da população total.

Em 2008, uma pesquisa semelhante apontava para uma população de imigrantes ilegais nos mesmos países -- Reino Unido, Alemanha, França, Grécia, Espanha, Áustria, Bélgica, Países Baixos, Polónia, Irlanda, Itália e Finlândia - entre 1,8 e 3,8 milhões.

Segundo João Carvalho, a Itália tem números de imigrantes ilegais semelhantes a 2008, Espanha teve um aumento e a Grécia diminuiu, o que prova que, “mesmo nos países que estão nas fronteiras externas da União Europeia, a tendência não é de um crescimento desmesurado e inevitável”.

Mais do que as regras fronteiriças, o que acaba por regular a imigração é a dinâmica económica dos países: “Tirando a Coreia do Norte, que ninguém quer ir para lá, o resto depende. Se há oportunidades de trabalho, as pessoas vão. Se há uma crise, as pessoas saem”.

Portugal não integra este estudo porque, por um lado, o objetivo era comparar com 2008 e o país não fez parte desse pacote de análise, mas também porque, no caso português, “não é fácil obter as estimativas”, devido aos pedidos de regularização que podem estar duplicados, ao abrigo de diferentes soluções jurídicas.

Por isso, “as autoridades portuguesas nunca facilitaram essa documentação”, explicou.

No entanto, para o investigador, se fosse feita essa comparação entre 2008 e 2024 os dados deveriam indicar que “a imigração irregular aumentou”, já que esse ano era um “período em que a imigração já estava a declinar substancialmente devido ao clima económico” menos favorável.

“Agora se compararmos com 2002”, ano em que Portugal viveu um período de expansão económica, esse número de imigrantes ilegais “é semelhante ao que estamos a viver hoje”, considerou, recordando que, nesse período, o país “regularizou mais de 180 mil de estrangeiros”

Hoje em dia, a polarização e os movimentos populistas trouxeram o tema dos imigrantes para a agenda, constituindo uma das “principais clivagens políticas” em países como o Reino Unido ou a Hungria. Contudo, em Portugal, relativamente à legislação do asilo, o investigador considera que “há um grande desfasamento entre o discurso e a realidade, em que a intensidade dos requerimentos é muito, mas mesmo muito pequena”.

E mesmo o tema da imigração “não tem o mesmo acolhimento” em Portugal que noutros países, acrescentou João Carvalho. “Bem sabemos que existem forças políticas apostadas em politizar a imigração, considerando a imigração como um dos principais problemas da Europa”, mas em Portugal “esse fenómeno não tem o mesmo nível que nos outros países”, segundo os inquéritos realizados.

“Apesar de tentarem”, esses movimentos populistas “ainda não conseguiram colocar a imigração entre as principais preocupações dos portugueses”, afirmou, admitindo que esta é uma tendência que poderá mudar no futuro.

“Não tenho nenhuma bola de cristal”, mas “sabemos que, até agora mesmo, as campanhas de mobilização anti-imigração não têm sido muito bem-sucedidas”, referiu.

DR



Lavandarias Profissionais IPSS

milplus

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MAIA TLM 917571305
info@milplus.pt - www.milplus.pt

Parceiro Oficial
Miele